

O Essencial sobre a **HISTÓRIA DO PORTUGUÊS** tem por objectivo descrever a formação histórica da língua portuguesa: das origens latinas aos primeiros textos escritos em Português, do Português Antigo à elaboração do Português Clássico e Moderno.

Como era a língua portuguesa no tempo dos nossos primeiros reis? Como evoluiu e se converteu em idioma nacional? Para compreender o Português actual olhemos para o passado, percorrendo a história de uma antiga unidade galego-portuguesa que se tornou independente, se virou para o mar e, transcendendo a dimensão europeia, se transformou em elo entre povos, culturas e nações.

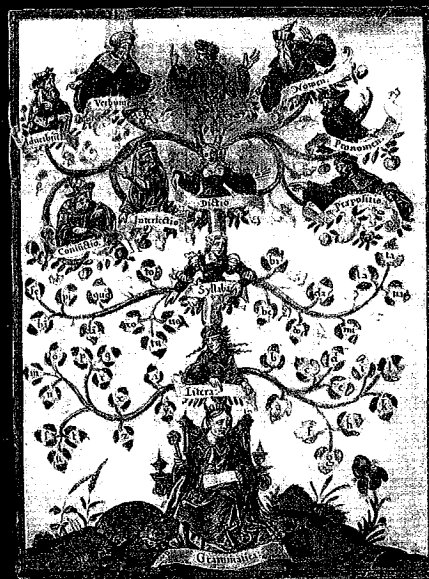
ISBN 972-21-1778-5



9 789722 117784

O Essencial sobre a **HISTÓRIA DO PORTUGUÊS**

Esperança Cardeira



Colecção *O Essencial* Coordenação: Maria Helena Mira Mateus e Alina Villalva

CAMINHO

Colecção O Essencial

Coordenação

Maria Helena Mira Mateus

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

ILTEC

Alina Villalva

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

O Essencial sobre a História do Português

Esperança Carneira

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

*O Essencial
sobre a*

HISTÓRIA DO PORTUGUÊS

Esperança Carneira

Colecção *O Essencial*

Coordenação: Maria Helena Mira Mateus e Alina Villalva

CAMINHO

O ESSENCIAL SOBRE A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS

Autora: Esperança Cardeira

Design gráfico da capa: José Serrão

Ilustração da capa: Reprodução de uma iluminura da *árvore de gramática* incluída nas *Grammatices Rudimenta*, de João de Barros (c. 1540)

© Editorial Caminho, SA, Lisboa — 2006

Tiragem: 5000 exemplares

Impressão e acabamento: Tipografia Lousanense, L.^{da}

Data de impressão: Fevereiro de 2006

Depósito legal: 238 709/06

ISBN 972-21-1778-5

www.editorial-caminho.pt

O Essencial é uma colecção dedicada à divulgação do conhecimento que tem vindo a ser produzido no domínio da linguística, particularmente no que diz respeito ao Português.

Esta colecção é constituída por vinte volumes que tratam independentemente matérias diversas, mas estão organizados de acordo com uma estrutura comum. Em cada volume poderá o leitor encontrar, na secção *Antes de mais...*, uma informação sumária sobre as questões posteriormente desenvolvidas. *Perguntas interessantes & respostas conhecidas* abre espaço para a apresentação dos assuntos próprios de cada volume, segundo as escolhas do seu ou seus respectivos autores. A informação aqui apresentada é complementada pelo conteúdo do *Glossário*, que dispõe alfabeticamente os termos fundamentais de cada disciplina. Os leitores que desejarem aprofundar os seus conhecimentos encontrarão algumas sugestões em *Outras leituras*.

Esta série destina-se a um público alargado com formação muito diversa, que procure consolidar um nível médio de cultura geral. Destina-se, em particular, a todos os profissionais que usam a língua como ferramenta de trabalho, dos professores de Português aos tradutores e dos jornalistas aos criadores literários. Dada a profusão de relações de interdisciplinaridade em que a linguística participa, esta série também deverá interessar a profissionais de diversas formações e actividades, como psicólogos, sociólogos, terapeutas da fala, agentes culturais e políticos.

ÍNDICE

- 11 Antes de mais...
- 17 Perguntas interessantes & respostas conhecidas
- 19 Falamos Português, porquê?
- 19 A romanização e o Latim vulgar
- 26 O papel dos substratos e superstratos
- 39 Como falava Afonso Henriques?
- 39 Reconquista e repovoamento: as origens de Portugal
- 44 Galego-português e Português Antigo
- 57 E Gil Vicente? E Camões?
- 57 O Português Médio
- 65 A expansão do Português
- 69 Do Português Médio ao Português Clássico
- 75 E depois?
- 75 Mudanças recentes no Português
- 82 Uma periodização da história da língua portuguesa
- 87 O Português não europeu: as novas normas
- 97 Glossário
- 103 Outras leituras

ANTES DE MAIS...

Contar a história do Português é mostrar as mudanças linguísticas que lhe foram dando forma. Que as línguas mudam, é uma evidência: as dificuldades que encontramos na leitura de textos medievais revelam-nos como o Português Antigo era diferente do que ouvimos, falamos e escrevemos actualmente. E embora a mudança linguística seja frequentemente vista como uma espécie de decadência por muitos falantes que resistem à inovação, assumindo uma atitude de defesa da 'pureza' da língua supostamente ameaçada, seja por um qualquer acordo ortográfico, por um novo dicionário ou pela influência das telenovelas, a verdade é que se o Português não tivesse sofrido mudanças ainda falaríamos como Afonso Henriques.

No processo de mudança linguística interagem dois tipos de condicionalismos: um interno à própria língua (inerente ao sistema linguístico) e um externo (extralinguístico). Se a língua se organiza como um sistema dinâmico em permanente busca do equilíbrio, as suas estruturas poderão ser, elas próprias, causadoras de mudança: oposições que não se revelem funcionais podem desaparecer, já que um princípio de economia tenderá a eliminar redundâncias, ou novas oposições podem ser criadas no sentido de preencher lacunas que um princípio de clareza necessária à comunicação tenderá a colmatar. Por outro lado, sendo a variação inerente à fala, uma ou mais variantes podem coexistir sem que haja mudança; mas esse estado de variação pode resolver-se se, dado um determinado conjunto de factores condicio-

nantes, linguísticos e/ou extra-linguísticos, uma das alternativas se impuser.

Circunstâncias históricas, mudanças sociais ou políticas podem também condicionar a mudança linguística. Uma causa externa de mudança linguística é, por exemplo, a fragmentação política: a formação de reinos na Península Ibérica – e a criação de fronteiras políticas – contribuiu grandemente para a constituição de fronteiras linguísticas e, portanto, para a fragmentação dialectal do Latim Hispânico, de que resultaram as várias línguas ibéricas.

Se a mudança atingir sistematicamente a língua, poderá, por sua vez, provocar novas mudanças. Modificações nas vogais latinas estão na origem de alterações que acabaram por criar uma nova série de consoantes. É assim que o Português, sendo, no limite, um dialecto do Latim, tem consoantes que não existiam naquela língua.

Todos estes factores – internos ou externos – não são propriamente **causas** mas **condições** de mudança linguística: a língua não muda porque se verificaram modificações na estrutura da sociedade, mas uma mudança no sistema social pode ser terreno propício para mudanças no sistema linguístico. São factores que funcionam como seleccionadores de inovações, como condições e limites da criatividade linguística em determinada época. Ou seja, condicionam o **como** da mudança, mas não explicam o **porquê**. Por que muda a língua? A resposta a esta questão deve procurar-se nas características do próprio sistema linguístico: um sistema aberto, sempre em elaboração. Se a função da língua é permitir a comunicação entre os seus utentes, dois requisitos terão de ser cumpridos: continuidade e adequação às necessidades dos falantes. Dito de outro modo: a mudança justifica-se pela necessidade de comunicação. A língua muda porque mudaram as necessidades expressivas dos falantes, mas não pode mudar tanto que a comunicação fique afectada. Em última análise, a língua muda porque é um sistema em perpétua adaptação às necessidades das comunidades que a utilizam e essas necessidades também mudam.

Se as circunstâncias históricas, sociais e culturais mudam – em algumas épocas paulatinamente, em outras quase abruptamente – as necessidades expressivas dos falantes também se

modificarão. E a língua (melhor: uma determinada gramática da língua) pode deixar de servir as necessidades dos seus utentes. Envelhece, portanto. Envelhecer, no caso da língua, não conduz à morte mas à mudança. Cada nova fase da língua consiste não só na inovação, mas essencialmente na selecção de variantes que já existem na língua. Aceites por um determinado grupo socialmente prestigiado, as variantes seleccionadas serão generalizadas a toda a comunidade. Constitui-se, assim, um novo estágio de evolução da língua, cuja 'estabilidade' sofrerá novos e perpétuos sobressaltos. Mas porque a língua procura esses patamares de estabilidade, o resultado de cada mudança linguística será sempre tendencialmente a constituição de uma norma, de um sistema organizado que, fatalmente, se tornará arcaico quando uma nova norma se afirmar.

PERGUNTAS INTERESSANTES
& RESPOSTAS CONHECIDAS

FALAMOS PORTUGUÊS, PORQUÊ?

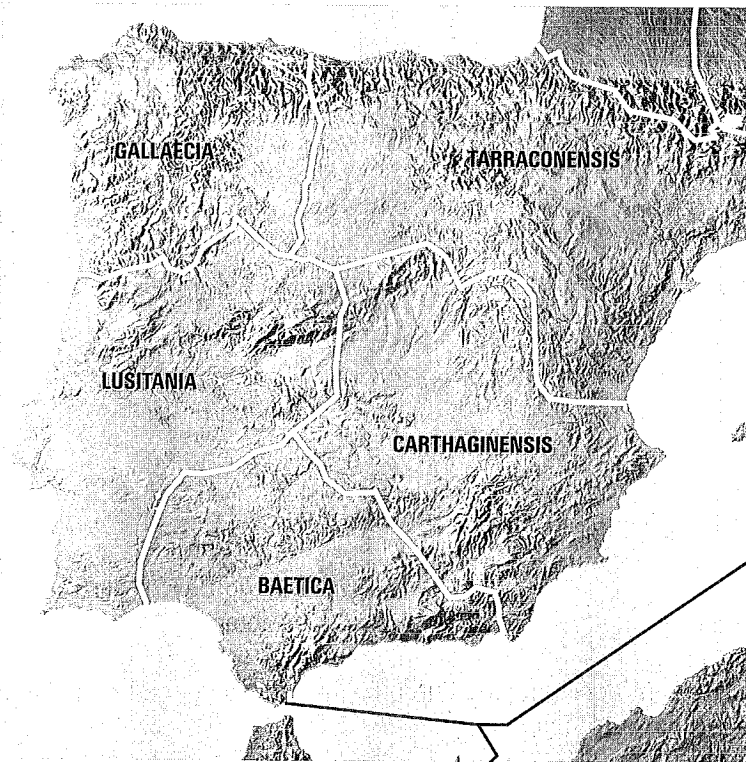
A ROMANIZAÇÃO E O LATIM VULGAR

Todas as línguas ibéricas, à excepção do Basco, derivam do Latim. A origem do Português, portanto, remonta ao Latim. Mas porque se desenvolveu esta língua, com estas características, neste canto ocidental da Europa? Para responder a esta questão teremos que viajar no tempo, até 218 a. C., data em que o exército romano, no quadro da Segunda Guerra Púnica, desembarca na Península Ibérica, dando início a um longo processo de aculturação dos povos peninsulares, a **romanização**.

A conquista, completada cerca de duzentos anos depois, integra a Península no Império

Romano e divide-a em províncias: inicialmente, em Hispânia Ulterior (Sudoeste) e Citerior (Nordeste). No ano de 27 a. C., Augusto divide a Ulterior em Lusitânia e Bética; em 216 d. C., na época do imperador Caracala, o Noroeste ganha estatuto de província autónoma, com o nome de Galécia.

Na Península Ibérica, as antigas variedades linguísticas de base latina – Galego-português, Astur-leonês, Castelhanu, Navarro-aragonês e Catalão – tiveram destinos diversos. Portugal e Espanha tornaram-se estados independentes e o Português e o Castelhanu converteram-se em idiomas oficiais desses estados. O Catalão e o Galego são actualmente línguas oficiais de Espanha, tal como o Basco (Euskara). Em Portugal, o Mirandês, que faz parte do grupo dos dialectos leoneses, foi reconhecido como língua oficial em 1999.



A ocupação não se traduz apenas em administração mas também em colonização. Veteranos do exército tornam-se terratenentes, imigrantes romanos de todas as classes sociais fixam-se no

A palavra **latim** lembra-nos textos literários e citações famosas, e remete para uma imagem de língua extremamente homogênea, elaborada, sujeita a regras muito fixas. É a imagem de uma língua morta. Mas o Latim foi uma língua viva, falada ao longo de séculos, em espaços geográficos diversificados e por povos variados, por diferentes camadas socioculturais e em diferentes situações.

território conquistado, criam-se cidades e escolas e os mercados circulam pelas novas vias imperiais.

Geograficamente periférica em relação a Roma, a Hispânia não perde, no entanto, contacto com o que é, então, o centro do mundo. A integração no Império Romano materializa-se na adopção do direito romano bem como da cultura e da língua, o Latim.

É no **Latim vulgar** que têm origem as línguas românicas. A expressão **Latim vulgar** ('sermo vulgaris', na classificação de autores latinos) designa a língua com todas as suas variedades e tem sido utilizada para a distinguir da modalidade literária. Conhecemos bastante bem, através dos textos escritos, o Latim literário. Ora, se definimos Latim vulgar como uma vertente da língua latina, com toda a variação inerente à fala, como poderemos estudá-lo?

O recurso à reconstrução tem sido largamente utilizado: comparando as diversas línguas românicas, antigas e actuais, e conhecendo as evoluções características de cada uma, é possível reconstruir o **étimo** latino, isto é, a forma que terá estado na origem das formas românicas. Chegamos assim a um étimo hipotético, que podemos nunca ter encontrado em qualquer texto literário conhecido.

Mas também encontramos atestações escritas do Latim vulgar em inscrições pouco elaboradas, como é o caso dos *graffiti* de Pompeia, em cartas pessoais, em tratados técnicos e, até, em obras literárias em que autores como Plauto recorrem propositadamente aos chamados vulgarismos para a caracterização linguística de personagens. Uma importante fonte para o estudo do Latim vulgar é o **Appendix Probi**, um manuscrito que corrige formas incorrectas – e certamente frequentes – da língua falada.

Estas fontes, quer directas (as atestações) quer indirectas (a reconstrução), permitem-nos conhecer uma língua bastante diferente daquela que encontramos na literatura. Uma diferença fundamental reside no vocalismo. O Latim foi uma língua de acento melódico, consistindo a acentuação da sílaba na sua elevação tonal, enquanto as sílabas átonas eram produzidas num tom mais grave. As vogais opunham-se em duas séries, longas e breves: Ī / Ĭ, E / Ē, Ā / Ă, Ō / Ŏ e Ū / Ŭ.

O **Appendix Probi** é um dos documentos mais importantes para o estudo do Latim vulgar. Cerca do ano 700 d. C. uns monges italianos copiaram um tratado gramatical atribuído a Valério Probo (que viveu em meados do século I d. C.) e juntaram-lhe alguns apêndices. Um destes apêndices é uma lista de 227 correcções elaborada, provavelmente, por um professor de gramática.

Em Veikko Väänänen (1985), *Introducción al latín vulgar*, Madrid: Gredos, encontra-se uma edição desta lista.

A quantidade distinguia vogais latinas: a uma vogal longa correspondia uma maior duração; a uma vogal breve, uma duração menor. Assim, a palavra MĀLUM, com A longo, significava 'maçã' enquanto MĀLUM, com vogal breve, significava 'mal'.

Ao permitir o contacto do Latim com outras línguas, a expansão do Império veio a provocar a substituição do acento tonal por

um acento de intensidade e da oposição entre vogal breve e longa por vogal aberta/fechada. A inexistência de acento melódico e da articulação breve/longa nas línguas românicas demonstra que esta foi uma mudança que cedo se processou no Latim vulgar. Em consequência deste processo, surgiu um sistema vocálico em que as vogais breves se deslocaram para um timbre mais aberto e as longas para um timbre mais fechado, fundindo-se Ē e Ī em /e/ (ACĒTU > *azedo*, PĪRA > *pera*), enquanto Ĕ evoluiu para /ɛ/ aberto (PĒTRA > *pedra*); a fusão de Ō e Ū resultou em /o/ (AMŌRE > *amor*, LŪTU > *lodo*) e Ő abriu para /ɔ/ (PŌRTA > *porta*).

Por outro lado, o sistema consonântico do Latim, que era mais simples que o do Português, adquiriu, por variados processos, novos sons:

- i. as consoantes oclusivas enfraqueceram em contexto intervocálico, daí resultando a simplificação das geminadas e a sonorização das surdas (ABBATE > *abade*). As sonoras D e G caíram (FRIGIDU > *frio*) e a articulação de B mudou (FABA > *fava*). Surgiu, assim, uma consoante nova, a labiodental /v/, que não existia em Latim;
- ii. do reforço da articulação de semivogais latinas resultou a sua consonantização: na primeira sílaba de IOCU ou VACCA, que correspondia inicialmente a um ditongo, passou a articular-se uma consoante e uma vogal (IOCU > *jogo*; VACCA > *vaca*);
- iii. a resolução de numerosos encontros vocálicos latinos, através da ditongação, aumentou a frequência da semivogal palatal que, em contacto com algumas consoantes, as palatalizou, criando uma nova série de palatais (/lj/ > /ʎ/, como em FILIU > *filho*, /nj/ > /ɲ/, como em SENIOR > *se-*

nhor, /zj/ > /ʒ/, como em BASIU > *beijo* ou /sj/ > /ʃ/, como em PASSIONE > *paixão*) ou de dentais (/tj/, /kj/ > /ts/ > /s/, como em TERTIU > *terço*). Nestas formas, a sequência vogal + vogal (SENIOR, por exemplo, tinha três sílabas: SE-NI-OR) evoluiu para uma sequência semivogal + vogal, criando um ditongo (se-njor). Finalmente a consoante e a semivogal fundiram-se, dando origem a um novo som.

Uma das características mais conhecidas do Latim, a liberdade do sistema sintáctico, era consequência de um sistema morfológico com flexão de caso: a ordem das palavras era arbitrária porque a função da palavra na frase era indicada pela desinência casual. A desinência consistia na consoante final

e/ou na quantidade da vogal. ROMĀ (nominativo com função de sujeito da frase) distinguia-se de ROMĀ (ablativo com função de complemento) pela quantidade breve ou longa da vogal final e de ROMĀM (acusativo, complemento directo) pela consoante final. Na frase *Cicero amicis litteras scripsit* as terminações *-is* e *-as* significam que *amicis* é um dativo (e, portanto, um complemento indirecto) e que *litteras* é um acusativo (logo, o complemento directo). Assim, uma diferente ordem de palavras (*Cicero scripsit amicis litteras*, por exemplo) não altera o significado da frase. Ora, o desaparecimento da oposição vocálica breve/longa, aliado à queda da consoante final, dificultou a distinção entre os casos que acabaram por reduzir-se a um só (ROMĀ / ROMĀ / ROMĀM > *roma*). A ordem das palavras tornou-se, então, mais rígida, surgindo o sujeito em primeiro lugar na frase, e os complementos passaram a ser introduzidos por preposições. A livre construção

Algumas consoantes do Português não existiam em Latim:

| Latim | > | Português |
|-----------------------|---|-------------------|
| FABA /b/ | | <i>fava</i> /v/ |
| VACCA /w/ | | <i>vaca</i> /v/ |
| IOCU /j/ | | <i>jogo</i> /ʒ/ |
| BASIU /si/ > /zj/ | | <i>beijo</i> /ʒ/ |
| PASSIONE /ssi/ > /sj/ | | <i>paixão</i> /ʃ/ |
| FILIU /li/ > /lj/ | | <i>filho</i> /ʎ/ |
| SENIOR /ni/ > /nj/ | | <i>senhor</i> /ɲ/ |
| TERTIU /ti/ > /tj/ | | <i>terço</i> /s/ |
| FACIE /ki/ > /kj/ | | <i>face</i> /s/ |

latina transformou-se na construção românica sujeito-verbo-complementos (*Cícero escreveu cartas aos amigos*).

Uma vez reduzida a flexão a um só caso, o acusativo, a terminação -s do plural tornou-se marca de número e as terminações do singular -o e -a passaram a indicar o género masculino e

As línguas sintéticas caracterizam-se pela fusão numa só palavra de diversos morfemas que indicam não só o género e o número mas também as relações gramaticais.

Em Latim a terminação -is em *amicis* identifica uma forma do género masculino no plural e indica, ainda, que essa forma está no caso dativo, sendo, assim, um objecto indirecto. Em Português a terminação -os de *amigos* apenas identifica um masculino plural.

O Latim clássico era uma língua sintética mas o Latim vulgar foi recorrendo, com frequência, a preposições para indicar a função gramatical da palavra. Assim, em Português é a preposição que nos diz que *aos amigos* é o objecto indirecto.

A evolução do sistema verbal segue a mesma tendência. Formas simples como a do futuro CANTABO são substituídas por formas perifrásticas como CANTARE HABEO (e, em alguns casos, estas formas perifrásticas darão origem a novas formas sintéticas: CANTARE HABEO > *cantarei*). A introdução de pronomes antepostos ao verbo, a que se recorreu para desfazer indistinções criadas pela queda das consoantes finais, ilustra a necessidade de clareza da língua falada. O Latim vulgar torna-se, por necessidades expressivas, mais redundante, mas também mais claro e mais regular. Também o léxico ilustra as mesmas tendências: formas irregulares são substituídas por formas mais regulares (o verbo LOQUI, 'falar', é, por exemplo, substituído por FABULARE ou PARABOLARE, verbos de padrão flexional regular) ou por palavras mais banais, mais próximas da vida quotidiana das populações

feminino. A ausência de marca de género num grupo de palavras que terminavam em -e levou a que se recorresse ao demonstrativo ou ao numeral (*illa fonte, unu monte*). Surgiu, assim, nas línguas românicas, o artigo, classe que não existia em Latim (*a fonte, um monte*).

Estas mudanças linguísticas mostram como, ao lado de uma língua sintética como era o Latim clássico, se foram desenvolvendo estruturas analíticas.

(CABALLUS, 'cavalo de lavoura' substitui EQUUS, 'cavalo de montar'). Necessidades expressivas, de clareza e de regularização justificam o uso frequente do diminutivo que, além de reforçar curtos segmentos fónicos, os integra nas classes temáticas regulares de tema em -a (feminino) e -o (masculino). Assim, não é AURIS mas o seu diminutivo AURICULA o étimo da palavra portuguesa *orelha*.

O prestígio da cultura de Roma, impondo-se às populações vencidas, conduziu a uma rápida difusão, na Península Ibérica, da língua dos vencedores. À excepção dos bascos, todos os povos peninsulares acabaram por adoptar o Latim. Mas a fixação da língua, tal como a ocupação e pacificação do território, não se processou ao mesmo ritmo em toda a Península. Entre a invasão da costa catalã, em 218 a. C, e a pacificação do Noroeste medeiam cerca de dois séculos. O movimento da romanização, de sul para norte, avançando mais rapidamente em regiões em que encontra menor resistência, proporciona uma diferenciada aceitação da língua: mais intensa nas cidades do que no campo, mais débil e tardia a norte do Douro que a sul do Tejo, a romanização implanta uma língua que não é homogénea e que é adoptada por populações diversas, a um ritmo irregular, com diferente intensidade e em momentos distintos. A época de implantação do Latim, a firmeza da romanização, a densidade populacional, a intensidade de criação de redes viárias, de cidades e escolas, são factores que determinam não só o ritmo de difusão do Latim mas também a qualidade da língua imposta. Em regiões cedo pacificadas e densamente povoadas por colonos romanos, uma política de casamentos mistos, promovendo o bilinguismo dos povos conquistados, favorece a aceitação da língua. Nas cidades, a escolarização promove um Latim culto e conservador. Mas em regiões menos colonizadas, ou menos escolarizadas, classes sociais menos cultas tornar-se-ão, com facilidade, permeáveis à aceitação de inovações linguísticas. E não será só a origem social do colono a influenciar a evolução da língua na Hispânia; também a sua origem dialectal pode ter sido determinante. A coincidência entre alguns traços linguísticos presentes na Península Ibérica e no Sul da Itália tem sido explicada pela intensidade migratória de colonos de origem suditálica - osco-úmbria -, cujos hábitos articulatorios

teriam contribuído para a diferenciação dialectal. Assim, a evolução de LL e NN latinos intervocálicos em Leonês, Castelhana e Aragonês (CABALLU > port. *cavalo* / cast. *caballo*; ANNU > port. *ano* / cast. *año*) ou do L inicial em Leonês e Catalão (LUNA > port. *lua* / cat. *lluna*), bem como a assimilação sofrida pelo grupo medial MB em todos os falares ibéricos, à excepção do Galego-português (PALUMBA > port. *pomba* / cast. *paloma*), poderá ter raiz em dialectos falados pelos colonos oriundos do Sul da Península Itálica.

Em suma: a situação da região Sul (Bética), mais cedo conquistada e mais intensamente romanizada, traduz-se na implantação de um Latim mais culto e mais conservador. Na Galécia, pelo contrário, a pacificação tardia, a romanização menos sólida, a fixação de classes sociais menos elevadas e escolarizadas foram factores propícios à dialectalização e à aceitação de inovações linguísticas.

O PAPEL DOS SUBSTRATOS E SUPERSTRATOS

Em 218 a. C, quando os romanos desembarcam em Ampúrias, encontram uma Península bastante fragmentada, habitada por povos e tribos de origens muito diversificadas. Desde cedo, por via continental ou marítima, vagas sucessivas de migrações tinham sido atraídas por uma situação geográfica privilegiada. Vestígios arqueológicos, notícias de historiadores latinos e gregos, topónimos de origem não latina, fornecem-nos os escassos conhecimentos que possuímos sobre estes povos. Iberos, vindos do Norte de África cerca do III milénio a. C., tinham-se estabelecido no Sul e Este peninsulares; no Centro e Oeste fixaram-se, em sucessivas vagas, Celtas; na costa meridional havia colónias fenícias e, na cadeia montanhosa a norte, Bascos.

À variedade étnica correspondia a variedade linguística. E a acção romanizadora, de que resultou a implantação do Latim, reflecte, em grande medida, esta variedade: a assimilação cultural implicou um período de bilinguismo, mais ou menos longo, em que características das línguas nativas penetraram, com maior ou menor intensidade, na língua recentemente adquirida e que viria

a tornar-se dominante. O bilinguismo, num jogo de compromisso entre hábitos articulatórios da língua materna e a aquisição de uma nova língua, permite que tendências linguísticas pré-existent actuem sobre a marcha evolutiva da língua que se adquire. É a acção de **substrato**. É um processo que, não se reflectindo necessariamente de forma imediata na língua, pode transformá-la paulatinamente, imprimindo-lhe uma feição particular, dialectalizando-a e provocando uma diferenciação linguística que emergirá, mais tarde, em momentos de enfraquecimento da norma instituída.

Se pouco sabemos sobre os povos que habitavam a Península em época pré-romana, menos ainda conhecemos as línguas que falavam e que podem ter funcionado como substratos do Latim hispânico. A uma unidade linguística protobasca tem sido atribuído o fenómeno de **betacismo** (não distinção entre *b* e *v*) que caracteriza os dialectos setentrionais portugueses, o Galego e todos os falares originários do norte peninsular, bem como a queda do L e N intervocálicos latinos no Galego-português (DOLORE > port. *door* > *dor* / cast. *dolor*; LANA > port. *lãa* > *lã* / cast. *lana*) e o apagamento do F latino inicial no Castelhana (FARINA > cast. *harina* / port. *farinha*).

A unidade linguística celta teve especial importância para a diferenciação do domínio linguístico galego-português: provocou uma evolução dos grupos iniciais latinos PL, CL e FL (PLICARE > *chegar*, CLAVE > *chave*, FLAMMA > *chama*) distinta da evolução dos outros falares ibéricos (cast. *llegar*, *llave*, *llama*).

Ao substrato celta se atribuem, ainda, dois dos traços que distinguem as línguas românicas ocidentais das orientais: o processo de enfraquecimento (**lenição**) das consoantes oclusivas intervocálicas e a evolução do grupo -KT- latinos. Enquanto nas línguas da România Ocidental (Português, Galego, Castelhana, Catalão, Francês, Provençal, Franco-provençal), que sofrem a influência do substrato celta, as oclusivas intervocálicas sonorizam e o grupo medial KT evolui através da semivocalização (SAPERE > *saber* e NOCTE > *noite*, em Português), na România Oriental (Italiano, Romeno, Moldavo) as oclusivas são conservadas e o grupo KT sofre assimilação (SAPERE > *sapere* e NOCTE > *notte*, em Italiano). O substrato terá sido, portanto, um factor importante na diferenciação do Latim do Império e na dialectalização da Hispânia.

Alguns topónimos e hidrónimos portugueses têm raiz pré-latina: *Braga, Viseu, Ílhavo, Olisipo* (Lisboa), *Ossonoba* (Faro), *Conimbriga* (Coimbra), *Lacóbriga* (Lagos), *Vouga, Zêzere, Tâmega, Tejo* são testemunhos de populações anteriores às invasões romanas.

Às línguas pré-latinas deve o léxico do Português vocábulos como *chaparro, esquerdo, sapo, várzea, mata, sarna, bruxa...*

Nos finais do século IV d. C., a Península, pacificada e próspera, estava completamente romanizada: as leis, a organização política e social e a cultura romanas tinham-se imposto; o Latim vulgar hispânico suplantara, já, as antigas línguas indígenas. Contudo, nem todo o território apresentava o mesmo grau de romanização: a franja das cordilheiras do Norte estava menos romanizada do que os centros urbanos meridionais, os Bascos permaneciam à margem da romanização.

A partir do início do século V chegam à Península Ibérica hordas de invasores germânicos: em 409, Alanos ocupam a Lusitânia e a Cartaginense, Suevos e Vândalos a Galécia e a Bética. Nos anos seguintes todos, à excepção dos Suevos, são derrotados pelos Visigodos. O reino suevo, com capital em Braga, ocupará a Galécia por mais um século mas acabará, também, por ser integrado na monarquia visigoda.



As invasões germânicas não ocasionaram uma ruptura brusca na vida da sociedade hispânica. A conversão dos visigodos ao catolicismo, nos finais do século VII, testemunha a supremacia da cultura hispano-romana sobre a dos invasores. O direito romano continuou a ser aplicado, as divisões administrativas romanas mantiveram-se, os costumes e tradições hispânicos sofreram poucas alterações. Os visigodos, já romanizados quando empreendem a conquista da Península, diluem-se, assim, na população e na cultura hispano-romanas.

É neste quadro que a influência germânica na evolução linguística da Hispânia se reduz, principalmente, a um enriquecimento lexical. O vocábulo *broa* tem origem sueva; *ganso, luva, íngreme* são exemplos de empréstimos vocabulares visigodos. Muitas palavras de origem germânica presentes no Português, como *guerra, guardar* ou *trégua*, são termos que pertenciam já ao Latim vulgar, como prova o facto de se registarem por toda a România Ocidental (fr. *guerre, garder, trêve*).

No onomástico peninsular encontramos um importante contributo germânico, os **patronímicos**. De uma construção sobre nomes próprios resultam antropónimos tão frequentes no Português como *Gonçalves, Rodrigues* ou *Soares*. Um nome como *Gonçalves* significava, então, 'filho de *Gonçalo*'. Esquecidos, agora, a construção e o significado originais, muitos destes antigos patronímicos se conservam como nomes de família.

Apesar de não serem muito numerosas, é possível identificar influências germânicas noutros domínios para além do léxico. O contacto prolongado do Latim da Gália com hábitos articulatorios das línguas germânicas terá provocado uma diferenciação entre as línguas ibéricas, em que as oclusivas surdas intervocálicas sonorizam (RIPA > *riba*; AMICA > *amiga*) e o Francês, em que, após a sonorização, as

O patronímico consiste num nome próprio formado a partir do nome do pai, a que se acrescenta o sufixo -ICI. Imaginemos o filho de um *Rodrigo* a quem o pai decide chamar *Martim*: *Martim Rodrigues* (*Rodrigo+ici* > *Rodrigues*) significa 'Martim, filho de Rodrigo'. E um filho de *Martim Rodrigues* chamar-se-á *Martins*.

O nome do primeiro rei de Portugal ilustra esta construção: *Afonso Henriques*, filho de *Henrique*.

oclusivas sofrem, ainda, fricativização e queda (RIPA > *rive*; AMICA > *amie*). A influência das línguas germânicas, com um forte acento de intensidade, está na origem, também, da ditongação, no centro da Península Ibérica, das vogais tónicas abertas / *ɛ* / *e* / *ɔ* /, resultantes das vogais breves latinas *Ē* e *Ō*, contribuindo, assim, para a diferenciação entre Português (PORTA > *porta*, PETRA > *pedra*) e Castelhana (*puerta*, *piedra*).

Talvez o mais significativo resultado das invasões germânicas tenha sido o facto de concorrerem para a fragmentação linguística, não tanto provocando directamente, enquanto **superstrato**, mudanças linguísticas, mas desmembrando o Império, fraccionando a România, separando a área ocidental da oriental (com superstrato eslavo) e apartando a Península do resto do Império.

Nos três séculos em que a Península se encontra dominada pelos visigodos a língua sofre profundas mudanças que vão acentuando uma diversidade que se funda na transformação do **Latim vulgar hispânico** (ou seja: o Latim vulgar que se implantara na Hispânia) pela acção dos substratos, favorecida pelo isolamento de algumas regiões. Na Galécia, tardiamente incorporada no Império Romano, fracamente romanizada, povoada por colonos que se dedicam essencialmente à agricultura e, durante mais de um século, reino suevo separado da Península visigoda, a língua tomará uma feição particular, enformada pelo efeito dos substratos, de que circunstâncias como o corte de comunicações ou os vazios de poder favorecem a emergência. À variação própria do

Latim vulgar e ao contacto desse Latim com línguas de substrato e superstrato, devemos, ainda, adicionar as circunstâncias geográficas (a situação periférica da Península – e, em particular, da Galécia – em relação a Roma), históricas (invasões germânicas, fragmentação do Império) e sociais (maior

A origem da palavra **romance** remonta à expressão latina *romanice fabulare*, 'falar à maneira dos romanos', que se referia à dialectalização do Latim em núcleos linguísticos diferenciados. Galego-português, Leonês, Castelhana, Catalão foram romances, falares vernáculos de base latina. Quando se constituíram os estados medievais, os romances tornaram-se as línguas desses estados e a palavra passou a designar quer uma língua neolatina quer os géneros literários que a usavam.

ou menor centralização da língua, imposta por instituições como a Escola ou a Igreja, influência cultural de centros urbanos). Este mosaico complexo conduziria, necessariamente, à diversificação da língua. Ainda assim, o **romance visigótico** falado no século VIII na Península Ibérica devia apresentar uma relativa unidade. A destruição dessa unidade linguística acompanhará a queda do Império Visigodo e traduzir-se-á na emergência de falares regionais.

Em 711 os árabes invadem a Península. Uns dois anos depois já tinham subjugado toda a região meridional e, subindo até ao Mondego, empurram os hispano-godos para a cordilheira norte. Instauram uma administração árabe, centrada em Córdova. Após alguns episódios mais ou menos sangrentos, a zona sob domínio árabe, pacificada, apresenta um panorama que, durante cerca de cinco séculos, não mudará muito: cristãos a norte, muçulmanos, hispano-godos convertidos ao Islão, moçárabes e judeus no Centro-Sul.

A nobreza visigoda, refugiada a norte, organizar-se-á em reinos de onde partirão os movimentos de reconquista territorial. Mais a sul, onde convivem povos e religiões diversas, as populações que não aceitam converter-se acabarão por ser toleradas pelo invasor. Os **moçárabes** (termo de origem árabe, que designa a população cristã vivendo sob o domínio árabe) preservam a sua identidade cultural, mantêm os costumes e as tradições cristãs. Após uma fase de confrontos entre cristãos e árabes, a reacção à colonização manifesta-se, principalmente, como resistência a nível cultural e linguístico. O romance moçárabe, continuação do romance visigótico, continua a ser falado por estas populações que conhecem, forçosamente, também o Árabe. É assim que a nova língua de cultura, o Árabe, convive no mesmo espaço com um estrato linguístico de origem latina. Esta convivência permite a acção do superstrato árabe, que se materializa, fundamentalmente, num contributo lexical.

É sabido que uma boa parte da toponímia portuguesa tem, em especial a sul do Mondego, uma feição árabe: topónimos

Reconhecemos facilmente os termos árabes nas formas iniciadas por *ode-* ('rio') ou *al-* (o artigo árabe); mas topónimos como *Assafora*, *Tercena*, *Messejana* ou *Loulé* também têm origem árabe e em *arroz* ou *açúcar* o artigo, aglutinado ao nome, continua presente.

como os constituídos a partir de ODE- (*Odemira, Odeceixe, Odivelas*) ou iniciadas por AL- (*Aljezur, Alfama*) são de origem árabe.

Também o léxico comum se enriqueceu com termos árabes. Nos campos semânticos referentes à administração e à guerra (*alcaide, almirante, alferes, alfândega, algazarra, alarido*), à arquitectura e organização urbana (*alpendre, açoteia, tabique, azulejo, andaime, armazém, bairro, aldeia*), à agricultura (*açude, azenha, nora*), à ciência (*algarismo, álgebra, cifra, azimute, zénite*), os empréstimos multiplicam-se. Exemplos de vocábulos designando instrumentos (*alicate, alfinete, almofariz, rabeca, tambor*), plantas e frutas (*alecrim, alfazema, algodão, tremoço, azeitona, laranja, limão*), alimentação (*xarope, açorda, almôndega*) dão uma pálida ideia do peso do léxico árabe no Português que falamos. Muitos destes vocábulos foram caindo em desuso: *alfageme, almotacé* são profissões que já não existem e raramente usamos as antigas medidas *alqueire* ou *arrátel*; mas ainda vestimos *ceroulas* e comemos *regueifas* e *aletria*.

Os empréstimos lexicais mostram bem como o domínio árabe impõe uma cultura, em muitos aspectos, superior à ibérica. Técnicas novas, instrumentos e produtos desconhecidos invadem a Península e, com eles, as suas designações originais. A abundância de termos árabes ilustra a importância destes objectos e conceitos novos na vida quotidiana da população moçárabe. Uma grande parte destes empréstimos penetra, assim, facilmente no roman-

A interjeição *oxalá*, tão frequente na nossa linguagem quotidiana, é um arabismo (wa ša llâh, 'queira Deus').

ce moçárabe, resultado do encontro entre invadidos e invasores. Mas muitos são espelho de um contacto estreito e longo, que se prolongará ainda por muito tempo após a reconquista cristã e que permitirá uma lenta e continuada interpenetração cultural.

Pese embora a sua presença significativa no léxico das línguas românicas peninsulares, o superstrato árabe não as modificou de forma profunda. Em vez de superstrato usa-se frequentemente a designação **adstrato** para fazer referência a este convívio lin-

guístico 'pacífico': estrato românico e árabe influenciam-se mutuamente mas essa influência não se traduz em profundas transformações linguísticas que modifiquem o rumo de qualquer deles. Do domínio árabe não resultou uma 'arabização'. O processo de aculturação, consequência das invasões romanas – a romanização –, não encontra paralelo no desenvolvimento das relações entre árabes e hispanos-godos. A forte presença árabe na toponímia e a sua quase ausência na antroponímia peninsulares (embora alguns topónimos tenham sido construídos a partir de antropónimos) reflectem uma estratégia de domínio político-administrativo muito diferente da romana e, até, da germânica. Roma integrou a Hispânia no Império, romanizando-a; os visigodos integraram-se na sociedade hispano-romana.

Os casamentos mistos podem ser encarados como um símbolo da miscigenação resultante dos domínios romano e visigodo: materializados em bilinguismo, permitem a acção de substratos e superstratos. É assim que temos tantos antropónimos latinos e germânicos, mas tão poucos árabes. Foram certamente abundantes, os casamentos entre árabes e romano-godas, dada a escassez de mulheres na população invasora, mas não terão sido suficientes para deixarem marca profunda na antroponímia hispânica.

Se a ocupação árabe trouxe para a Península um enriquecimento cultural de que abundantes vestígios sobrevivem até aos nossos dias, bem visíveis em vários domínios em que o invasor tinha atingido um nível de desenvolvimento mais avançado do que o que aqui encontrou – nomeadamente na arquitectura –, certo é que a sua língua não substituiu os romances ibéricos.

A presença árabe na Península durante cerca de cinco séculos modifica profundamente o cenário em que os romances peninsulares se desenvolvem. A sul conserva-se um romance arcaizante, o **moçárabe**, continuador do romance visigótico. A língua de cultura, o Árabe, interfere de duas formas na evolução do romance

São escassos os antropónimos árabes no Português. Alguns sobreviveram na toponímia: *Cacém* (de Qasim, 'o que reparte'), *Faro* (de Hárún).

Outros, como *Viegas*, são formas híbridas que combinam o Árabe (ibn, 'filho de') e o românico (Egas).

moçárabe: por um lado, enriquece-o lexicalmente, por outro asfixia-o, relegando-o ao estatuto de língua falada na intimidade familiar.

Em tão vasto território como o ocupado pelos árabes, o romance moçárabe foi-se dialectalizando. Sobre a sua diversificação, contudo, sabemos pouco. Condenado a desaparecer com o avanço da reconquista cristã, língua falada sob o jugo árabe, a caracterização do moçárabe levanta dificuldades semelhantes

Os diminutivos como *canito*, *manita* (opondo-se às formas da norma *cãozinho*, *mãozinha*), característicos, até hoje, dos dialectos meridionais portugueses, são vestígios da conservação do -N- latino no romance moçárabe.

àquelas com que nos deparamos quando pretendemos traçar o perfil do Latim vulgar. Topónimos de origem latina, que se conservam na antiga área moçárabe, como *Mértola*, *Fontanelas* ou *Arneiro* (frente a *Areeiro*, resultado Galego-português do

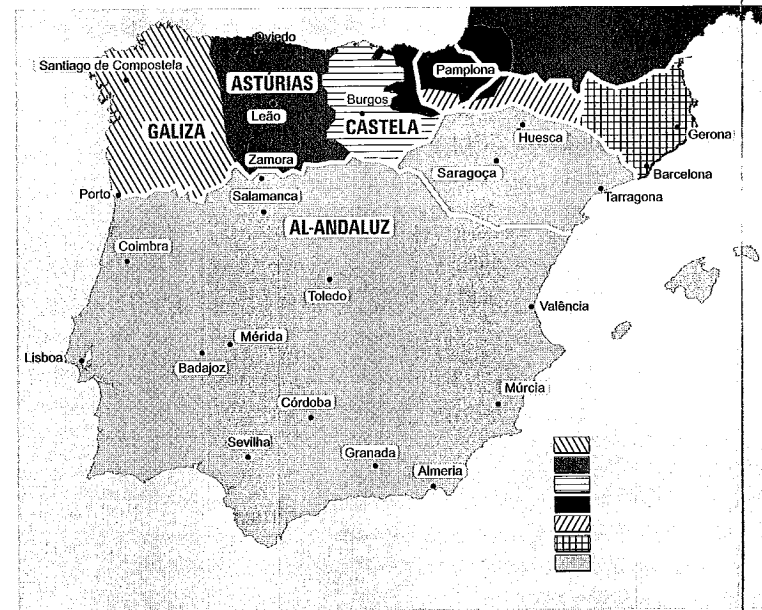
Latim ARENARIU), demonstram, por exemplo, que o moçárabe conservou o L e N latinos intervocálicos.

Restam, ainda, algumas atestações do moçárabe, presentes nas *moaxás*. Nestas composições poéticas árabes (testemunho de uma tradição poética que poderá ter encontrado continuação nas cantigas de amigo galego-portuguesas), escritas em alfabeto árabe ou hebraico, os últimos versos, as *hardjas*, eram ocasionalmente compostos em moçárabe e revelam um romance conservador, imune a mudanças que caracterizam os outros romances peninsulares. A síncope de L e N e a evolução dos grupos latinos iniciais PL, CL, FL, próprias do Galego-português (PLENU > port. *cheio* / cast. *lleno*), não ocorrem no romance moçárabe. Também traços que caracterizam o Castelhana, como o apagamento de F latino em contexto inicial ou a monotongação dos ditongos latinos AI e AU (FERRARIU > cast. *herrero* / port. *ferreiro*, AURU > cast. *oro* / port. *ouro*), não se verificam no moçárabe.

Trata-se, portanto, de um romance profundamente arcaizante mas marcado, também, pela renovação lexical resultante do contacto com a cultura árabe.

Entretanto, a norte, do reduto cristão parte um movimento descendente de reconquista e, à medida que este movimento se

consubstancia em alargamento territorial, traduz-se também numa compartimentação em reinos. Assim dividida, a sociedade hispanogoda irá empenhar-se num processo expansionista, quer reconquistando progressivamente regiões ocupadas pelo invasor quer afirmando entidades políticas diferenciadas, defendendo e alargando o seu território à custa não só de áreas reconquistadas mas também da expansão sobre o território dos reinos vizinhos.



Ora, a constituição de reinos distintos implica a criação de fronteiras políticas. E as fronteiras políticas transformar-se-ão em fronteiras linguísticas. O romance do Norte vai-se compartimentando, assim, em dialectos diferenciados pela acção de substratos e superstrato.

Galiza e Portugal, Astúrias e Leão, Castela, Navarra e Aragão e Catalunha afirmam-se como entidades políticas distintas e, conseqüentemente, como núcleos linguísticos distintos. Em cada uma destas regiões e, portanto, em cada um destes romances – Galego-português, Astur-leonês, Castelhana, Navarro-aragonês e

Catalão –, características diferenciadoras vão tomando forma. O contacto com populações de origem pré-romana como os bascos (que manterão, sempre, a sua língua) provocou, no Castelhana, a queda do F inicial latino e favoreceu a síncope de L e N em contexto intervocálico no Galego-português; o substrato celta determinou a evolução de PL, CL e FL iniciais latinos no Galego-português; o osco-umbro contribuiu para a palatalização de LL e NN e para a assimilação sofrida pelo grupo medial MB em todos os romances, à excepção do Galego-português. O superstrato germânico conduziu a uma ditongação das vogais abertas tónicas no Castelhana. A compartimentação territorial, ao traçar fronteiras e isolar núcleos populacionais, só pode ter potenciado a fixação destes fenómenos linguísticos diferenciadores.

| Latim | Português | Castelhano | Catalão |
|----------|---------------|----------------|---------------|
| FILIUS | <i>filho</i> | <i>hijo</i> | <i>fill</i> |
| SOLUS | <i>só</i> | <i>solo</i> | <i>sol</i> |
| CLAVE | <i>chave</i> | <i>llave</i> | <i>clau</i> |
| CABALLUS | <i>cavalo</i> | <i>caballo</i> | <i>cavall</i> |
| PALUMBA | <i>pomba</i> | <i>paloma</i> | <i>plom</i> |
| MORTE | <i>morte</i> | <i>muerte</i> | <i>mort</i> |

À entrada do ano mil, no Noroeste peninsular, a Galécia Magna, uma região que se estendia da Galiza a Aveiro abarcando, ainda, uma faixa das Astúrias, delimitava já um romance com contornos peculiares. O léxico, de base latina, que incorporara termos pré-latinos e germanismos latinizados apresentaria uma feição arcaizante, resultado de uma romanização pouco firme e do isolamento geográfico – situação periférica em relação aos centros de inovação linguística –, aliados à diferenciação proporcionada pela separação do Noroeste, enquanto reino suevo, da península visigoda. Esses mesmos factores podem ter, por outro lado, favorecido o desenvolvimento de traços inovadores que radicam na acção de hábitos articulatorios pré-latinos. É assim que o romance do noroeste, para além de acumular as evoluções comuns ao Latim vulgar da România Ocidental com aquelas próprias do romance visigótico, revela inovações que o distinguem

dos outros núcleos linguísticos. Não é ainda Portugal, não é ainda a língua portuguesa. Mas é na história deste romance falado no canto noroeste peninsular que devemos procurar a resposta à pergunta que formulámos: por que falamos Português? Porque as circunstâncias históricas determinaram que neste canto da Península se desenvolvesse um romance, resultado de um tecido de complexas interacções linguísticas, que vai adquirindo personalidade própria. Antes de Portugal, antes do Português, no limiar do século x, já estava constituído um romance que apresentava as duas características que o definem no quadro peninsular: já os grupos PL-, CL-, FL- tinham evoluído para [tʃ], já N tinha nasalizado a vogal anterior (criando as vogais nasais próprias do Português) e sincopado entre vogais. O primeiro processo terá ocorrido ainda durante o período germânico; a evolução de L e N prolongou-se pelo período da ocupação árabe.

COMO FALAVA AFONSO HENRIQUES?

RECONQUISTA E REPOVOAMENTO: AS ORIGENS DE PORTUGAL

Em consequência das invasões árabes, a partir do século VIII, grande parte da antiga nobreza visigoda refugiara-se no Norte da Península, constituindo-se, progressivamente, em núcleos políticos e organizando um movimento de expansão territorial. Poucos anos passados sobre a ocupação muçulmana, já o exército hispanogodo, comandado por Pelágio, derrotava o invasor em Covadonga. Torna-se lenda, esta batalha simbolizará o início da reconquista cristã.

Ao longo do século IX, partindo do reino de Astúrias e Leão, o movimento de reconquista liberta o vale do Douro e, depois, a região até ao Mondego. Descoberto o túmulo do apóstolo Santiago em Compostela, a reconquista transforma-se em guerra santa, atraindo nobres de toda a Europa; topónimos como *Biscainhos* atestam a presença destes cruzados na Península. Ainda nos finais desse século, Afonso III das Astúrias institui o condado de Castela que, limitando-se originalmente à região de Burgos, irá começar a alargar-se, conquistando território e autonomia e tornando-se independente.

Vimara Peres (antropónimo que se tornará topónimo: VIMARANIS > *Guimarães*), a quem é concedido o título de Conde de Portucale, organiza a defesa e o povoamento entre o Lima e o Douro. Mas, logo a partir de 981, um bem sucedido ataque de Almansor desencastela a dinastia dos condes portugalenses, que só virá a ser retomada com Henrique de Borgonha. No início do século XI, Afonso VI, rei de Castela e Leão, reúne num só conda-

do os territórios de Portucale e Coimbra e concede-os a D. Henrique, casado com D. Teresa, sua filha. O Conde Henrique torna-se então senhor da região a sul do Minho e de duas cidades no Reino de Leão, Astorga e Zamora; a D. Raimundo, casado com outra filha de Afonso VI, foi entregue a Galiza. Embora a fronteira entre os dois condados, o rio Minho, não seja uma absoluta novidade, já que continua uma antiga divisão romana em conventos jurídicos, a região a sul do Minho, secularmente integrada na Galécia, passa a ter designação própria.

O filho de D. Henrique, Afonso Henriques, encorajado por uma pequena aristocracia que aspira a tornar-se corte régia, irá reclamar a autonomia do condado portucalense. Em 1128, na Batalha de São Mamede, opõe-se à mãe, D. Teresa, ligada à Galiza, e ascende ao governo do condado; em 1143, no Tratado de Zamora, Afonso Henriques intitula-se rei; em 1179 o papa Alexandre III reconhece a independência de Portugal. O futuro territorial do novo reino fica traçado: limitado na sua expansão para norte e leste pelo desenvolvimento dos reinos vizinhos, empenha-se na reconquista. Em 1147 Santarém e Lisboa são conquistadas e os portugueses avançam para sul, libertando Faro em 1249, já no reinado de Afonso III. Fica, assim, delimitada uma das fronteiras mais antigas e estáveis da Europa.

No centro da Península, a reconquista, mais lenta, só terminará quando o último reduto mouro, o reino de Granada, for libertado pelos Reis Católicos, já no século XV. Mas, embora mais demorada, a reconquista castelhana assegura uma expansão territorial importante: Castela avança para sul sobrepondo-se não só aos árabes mas também aos reinos vizinhos e criando uma hegemonia de que também Portugal virá a fazer parte, dos finais do século XVI a meados do XVII. Desta afirmação de Castela, de norte para sul e do centro para este e oeste, resulta uma diferenciação linguística nítida, uma vez que o romance Castelhana, inovador em virtude de circunstâncias que favoreceram o seu desenvolvimento em regiões em que o contacto com substratos (nomeadamente o Basco) e superstrato foi significativo, se expandiu geograficamente, reduzindo a área anteriormente ocupada por outros romances ibéricos. A afirmação da língua acompanha o alargamento territorial. É assim que as inovações do Castelhana

se expandem, seguindo na esteira do movimento expansionista de Castela, que relega para a periferia peninsular os outros reinos e romances.

A distribuição de alguns traços linguísticos iberorromânicos mostra bem como a relativa unidade hispânica de tempos romanos e visigodos foi quebrada pela expansão castelhana. No centro da Península afirmam-se inovações castelhanas (apagamento do F latino inicial, evolução dos grupos -LI- e -C'L- para uma fricativa velar, de -CT- para uma africada palatal, apagamento de l semiconsonântico inicial, monotongação do ditongo latino) enquanto, na periferia do Castelhana, o Português e Catalão, em que resistem as formas mais conservadoras (conserva-se F-, os grupos -LI- e -C'L- palatalizam, mantém-se a semivogal em /jt/ < -CT- e a palatal que resulta da consonantização de l-), são o testemunho de uma antiga continuidade linguística.

| Latim | Português | Castelhana | Catalão |
|----------|----------------|--------------|--------------|
| FILIU | <i>filho</i> | <i>hijo</i> | <i>fill</i> |
| OCULU | <i>olho</i> | <i>ojo</i> | <i>ull</i> |
| LACTE | <i>leite</i> | <i>leche</i> | <i>llet</i> |
| IANUARIU | <i>janeiro</i> | <i>enero</i> | <i>giner</i> |

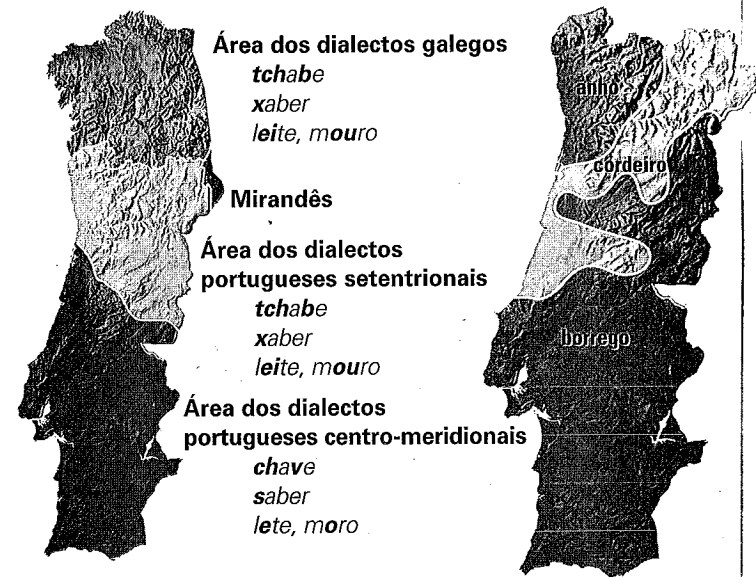
À medida que a reconquista avançava, abria caminho para o movimento migratório dos vencedores; a conquista de novos espaços é acompanhada pelo seu repovoamento. No Norte, da Galiza ao Douro, o repovoamento, iniciado ainda no período em que a reconquista partia das Astúrias e Leão, acrescenta a uma antiga população rural novos senhores que se apossam das terras, instalando-se em 'vilas'. A 'presúria', apropriação da terra (incluindo pessoas), caracteriza esta primeira fase do repovoamento. A fundação de igrejas e mosteiros atrai, ainda, novos habitantes que contribuem para aumentar a já densa rede populacional.

Entre o Mondego e o Tejo o repovoamento terá um carácter municipal, concentrando-se em torno das cidades e ao longo das principais vias, e deixando todo o interior pouco povoado. Do vale do Tejo para sul, as ordens militares (Templários-Cristo, Calatrava,

Santiago) praticam um repovoamento que se traduzirá, durante séculos, em vastas propriedades e fraca densidade populacional. É nestas terras 'novas' que se criam os concelhos de tipo 'perfeito', instituídos pelo rei com a outorga de um foral que modela uma completa organização municipal. A abundância destes novos concelhos a sul do Mondego é bem reveladora da necessidade de repovoar as terras reconquistadas.

O traçado do mapa linguístico de Portugal continental espelha, até hoje, estas diferentes estratégias de repovoamento. A norte, a fronteira política imposta a uma população antiga, estável e densa, não conseguiu quebrar uma antiga unidade linguística nem nivelar a riqueza dialectal que a estabilidade, a densidade e a antiguidade justificam. A nordeste, o Mirandês testemunha a ligação a Leão. No Centro e Sul, territórios de colonização, a mistura de populações vindas quer de norte quer de oeste, transportando consigo uma diversidade de variedades linguísticas, materializa-se no nivelamento dialectal e na apetência para a inovação. Quando olhamos, agora, para o mapa linguístico da faixa ocidental da Península, verificamos uma continuidade entre os dialectos galegos e os portugueses setentrionais (conservação da africada /tʃ/ correspondente à grafia <ch>, oposta à fricativa /s/, grafada <x>; conservação da sibilante apical, conhecida como 's beirão'; conservação dos ditongos /ow/ e /ej/ e betacismo, que consiste na indistinção b/v) que tem raízes mais antigas que a fundação da nacionalidade. Os dialectos portugueses centro-meridionais, por outro lado, forjaram-se em terras reconquistadas e repovoadas, onde a necessidade de comunicação entre falantes de variedades diversas impôs o nivelamento linguístico: em períodos caracterizados por grandes movimentos migratórios, mudanças que tornem a comunicação mais fácil, eliminando diferenças entre os falantes, são favorecidas.

¹ A africada /tʃ/, com origem nos grupos latinos PL, CL e FL, conserva-se apenas nos dialectos setentrionais, correspondendo à grafia <ch> e opondo-se a <x>, que se pronuncia /s/: *cheio* / *paixão*. Na norma actual não se manteve a africada, excepto em empréstimos como *tchau* (do italiano *ciao*). Assim, articula-se <ch> como <x>: *cheio* = *paixão*.



Também no plano da estruturação lexical as vicissitudes da história deixaram marcas. O Noroeste de Portugal, em que as divisões administrativas romanas vieram ajustar-se a anteriores limites étnicos e foram continuadas pelas fronteiras do reino suevo e pela organização eclesiástica do período visigodo, manteve uma população estável, mesmo após as invasões árabes. A individualização precoce da região entre o Douro e o Minho e a estabilidade da sua densa população favoreceram uma tendência conservadora que justifica a sobrevivência de tipos lexicais arcaicos (por vezes dos mais antigos de toda a România, como é o caso de *anho*, substituído por *cordeiro* ou *borrego* no restante território português) e uma rica diferenciação dialectal.

À região arcaizante do Noroeste opõem-se as inovadoras terras planas do Sul, teatro das lutas da reconquista e objecto de uma política sistemática de repovoamento. A norte do Tejo encontramos designações mais antigas e de origem latina; no Sul, a ocupação árabe e a influência moçárabe legaram-nos novos vocábulos. É assim que à *sega*, ao *cesto*, à *gruta* ou ao *bolso* nortenhos correspondem a *ceifa*, a *alcofa*, o *algar* e a *algibeira* meridionais.

GALEGO-PORTUGUÊS E PORTUGUÊS ANTIGO

Quando pretendemos estudar fases pretéritas da história de uma língua deparamo-nos com o problema dos testemunhos. É uma evidência que estaremos inelutavelmente limitados a recorrer à documentação escrita, esperando que a língua escrita desses documentos espelhe, em maior ou menor grau, a língua falada na época. A comparação entre várias gramáticas **sincrónicas**, deduzidas da observação de documentos escritos, deverá permitir-nos a interpretação das diferenças entre essas gramáticas como o desenvolvimento histórico (**diacrónico**) da língua. E, logo aqui, surge uma questão: se o processo de evolução da língua não pode ser descontínuo (o que impediria a comunicação), então, embora possamos descrever uma determinada fase histórica não poderemos, por muitos cortes sincrónicos que façamos, dar conta da continuidade da língua. E, uma vez que trabalhamos com documentos escritos, a língua que estudamos é, em rigor, apenas a **escrita**.

Mas o facto de termos que trabalhar com documentação escrita levanta ainda outros problemas. Que documentação escolher, como seleccionar um 'corpus'? A observação de documentação literária, aliciante pela riqueza linguística (os textos poéticos, nomeadamente, permitem, através da métrica e rima, análises que os textos em prosa não propiciam), atrai o investigador. Mas os textos literários, de modo geral, sobreviveram até aos nossos dias à custa de cópias que os foram progressivamente modificando. No volume que nos chega às mãos, como destrinçar o que é a língua original das sucessivas interpretações e actualizações?

A documentação não literária apresenta vantagens evidentes. Podemos saber onde e quando foi determinado documento escrito; sabemos até, muitas vezes, quem foi o notário responsável pela sua elaboração. Virtualmente mais próxima da oralidade do que a literária, apesar dos formalismos inerentes a este tipo de texto, a documentação não literária apresenta, no entanto, algumas desvantagens. Os documentos originais, datados e localizados, são, frequentemente, difíceis de interpretar por quem não é paleógrafo. Em suma: o estudo do documento escrito terá que contar com o apoio da paleografia, da diplomática, da codicologia, da crítica textual e da história, disciplinas que esclarecem as circunstân-

cias de produção dos documentos e que fundamentam uma investigação que nos permitirá caracterizar a língua de uma determinada época.

Durante os primeiros séculos da reconquista cristã, a língua falada foi, seguramente, adquirindo uma fisionomia peculiar que não se traduzia, ainda, na escrita. O Latim continuava a ser a língua de prestígio. É, portanto, em Latim que são produzidos os documentos do Condado Portucalense de D. Teresa e D. Henrique e os do reino independente de Afonso Henriques. O Latim destes documentos notariais era muito simplificado e seria pronunciado de uma forma muito próxima do romance falado. Assim, era compreendido pelos falantes mesmo que estes já não tivessem capacidade para se exprimirem em Latim.

A produção documental primitiva, quer em Latim quer, mais tarde, em Português era, certamente, mais abundante no Noroeste e Oeste, terras antigas densamente povoadas, de igrejas e mosteiros e de intensa actividade económica, do que a sul do Mondego, terras novas, reconquistadas e repovoadas e de população mais rarefeita.

Será já no século XIII, no início do reinado de D. Dinis, que a Chancelaria régia adoptará o Português como língua de escrita. Multiplicam-se, então, os diplomas reais e particulares, as leis gerais e locais produzidos em Português. Mas a adopção do Português enquanto língua de escrita, embora decisiva para a afirmação da língua, deve reflectir uma prática bastante difundida. Dessa prática dão testemunho documentos escritos em Português como o **Testamento de Afonso II**, de 1214, a **Notícia de Torto**, sensivelmente da mesma data, dois documentos do Vairão, de 1234, um de Ferreira de Aves, de 1236, três de Pedroso, de 1243 e 1252, e dois do Mogadouro, de 1253. Investigações recentes

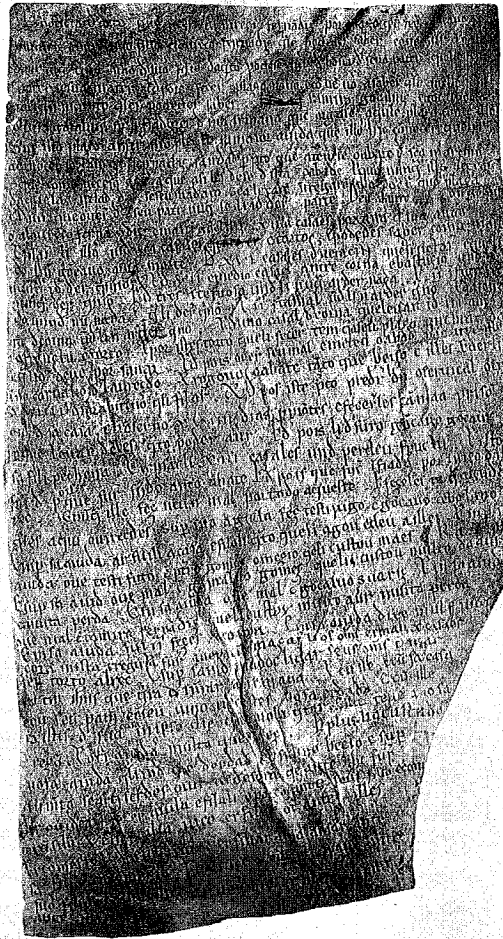
O mais antigo documento original conhecido é a escritura da fundação da igreja da Lordosa. É um documento de 882, escrito em Latim. Nele encontramos, por exemplo, a forma *moastica* em vez da latina *monastica*. Portanto, o documento terá sido escrito numa região em que o -N- latino sofria síncope, mudança fonética característica do romance do Noroeste peninsular. São frequentes, na documentação desta época, as emergências de uma língua falada que se ia, progressivamente, afastando da escrita.

**Transcrição de um trecho da *Notícia de Torto*,
um dos mais antigos documentos escritos em Português**

D[e] noticia de torto que fecerū a laurēcius fernādiz pōr plazo que fece
gōcauo ramiriz antre suos filios e lourēzo fernādiz quale podedes saber: e
oue auer de erd[ade] e d'auer tãto quome uno de suos filios d' aquãto podesē
auer de bona de seuo pater; e fio li os seu pater e sua mater. E depois fecerū
plazo nouo e cōuē uos a saber quale: in ille seem taes firmamētos quales
podedes saber. ramiro gōcaluiz e gōcaluo gōca[luiz e] eluira gōcaluiz forū
fiadores de sua irmana que o[to]rgase aqu[e]lle plazo come illos

Super isto plazo
ar fe[ce]rū suo plecto.
e a maior ajuda que
illos hic cōnocerū que
les acanoce<r>se
laurēzo fernadiz sa
irdade per plecto que
a teuse e o abate de
sancto martino que
como uēcesē o[ct]ra
que asi les dese de
ista o abade. E que
nunqua illos lecxasē
daquela irdade d. sē
seu mādato. Se a
lexarē itregarē ille de
oetra que li plaza E D
auer que ouerū de
seu pater nu[n]qua
<le> li ſide derū par-
te. Deu dū gōcaluo a
laurēco fernādiz e
martī gōca[luiz] xii
casaes por assas de
sua auó E filarū li
illos inde vi casaes
<quãto er> cū torto.
[...]

As reconstituições edi-
toriais são assinaladas
entre [] e as formas can-
celadas entre < >.



revelaram a existência de uma **Notícia de Fiadores**, de 1175, e de um **Pacto de Gomes Pais e Ramiro Pais**, datável entre 1173 e 1175. Talvez venham a encontrar-se mais e mais antigos documentos. Mas mais importante que antecipar a data do 'mais antigo documento Português' é percebermos que a produção de documentos em Português, embora esporádica até à segunda metade do século XIII, é uma realidade que acompanha a fundação do reino.

A análise desta produção documental primitiva permite observar duas tradições diferentes. Documentos como a **Notícia de Torto** ilustram o trabalho esforçado de notários que, isolados, tentam verter num modelo latino que têm em mente, e com um sistema gráfico que conhecem – o latino –, os novos fonemas da língua que ouvem. O resultado é uma escrita individualizada, oscilando entre formas latinas e romances, em documentos que um falante do Português terá, hoje, dificuldade em interpretar. Por outro lado, o **Testamento de Afonso II**, produzido numa Chancelaria régia, atesta o ambiente estável de um *scriptorium* onde se vislumbram já escolhas e convenções mais niveladas que prenunciam a constituição de normas gráficas.

Ao lado da documentação em Português Antigo, florescia a produção poética galego-portuguesa. Não se pode dizer que a língua dos trovadores fosse diferente da língua dos notários, mas a especificidade da produção poética permite uma diferente utilização da língua: a língua dos trovadores consubstancia uma estilização da língua falada dos dois lados do rio Minho e perpetua arcaísmos e convencionalismos literários. Os mais de mil e quinhentos poemas trovadorescos produzidos entre finais do século XII e a primeira metade do século XIV e conservados em três Cancioneiros (copiados em momentos diferentes), mais do que ilustrarem um romance Galego-português dão testemunho de uma escola poética. Talvez devamos, por isso, reservar a expressão **Galego-português** para essa produção poética, distinguindo-a

Por **Português Antigo** entenda-se o período da história do Português que se inicia com os primeiros documentos escritos em 'língua vulgar' e que se prolonga até finais do século XIV ou meados do século XV. Português Antigo é a língua de Afonso Henriques e de toda a primeira dinastia.

do **Português Antigo** que, ao longo desses três séculos, se vai afirmando, transformando e distanciando dos outros domínios linguísticos peninsulares.

Quando surgem os primeiros textos escritos em Português surgem também as primeiras questões gráficas: como representar sons que não existiam em Latim e que, por isso, não encontravam correspondente em nenhuma tradição gráfica conhecida? A fase do Português Antigo (e até ao Renascimento) corresponde, na história da nossa ortografia, ao **Período Fonético**. Quer isto dizer que quem escrevia adaptava velhas grafias a novos sons e inventava novas grafias, tentando retratar o que ouvia. A característica principal do Período Fonético é, assim, a liberdade gráfica: as soluções ensaiadas variam de escriba para escriba, de documento

para documento. Um único documento, escrito por uma só mão, apresenta, geralmente, uma multiplicidade de escolhas. Ora, é precisamente na análise dessa instabilidade gráfica que o investigador encontra elementos para a caracterização da língua.

Tomemos como exemplo dois dos mais antigos e mais estudados documentos, a **Notícia de Torto** e o **Testamento de Afonso II**. A **Notícia de Torto** é um documento informal, um registo para memória futura elaborado sobre um rectângulo irregular de pergaminho, que relata os 'tortos' (ofensas) sofridos por Lourenço

Na **Notícia de Torto** a palavra *quinhão* (< QUINIONE) aparece grafada como <quinõ>, <quiniõ> e <quinnõs>. Perante um som para o qual o sistema gráfico latino, a que o escriba está habituado, não tem um grafema específico, é natural a hesitação. E porque não tem o sistema latino grafia para representar este som? Justamente porque o som não existia em Latim. A hesitação não deixa dúvidas: já o N se tinha, portanto, fundido com a semivogal palatal resultando daí uma palatal nasal. O **Testamento de Afonso II**, da mesma data, confirma esta conclusão, ao grafar <senior>, <tenio>, <Junio> (*senhor, tenho, Junho*): já existia a palatal nasal mas o dígrafo provençal para este novo fonema, <nh>, só será importado mais tarde, na época de Afonso III.

A comparação entre as grafias da **Notícia** e do **Testamento** confirma, também, que textos produzidos por notários isolados apresentam maior oscilação gráfica que documentos da Chancelaria real: à variação <ni> / <n> / <nn> para /ɲ/ na **Notícia** corresponde, no **Testamento**, uma só escolha gráfica, <ni>.

Fernandes da Cunha. Tem sido, repetidamente, objecto de análise. A sua importância deve-se não só ao facto de ser um dos mais antigos textos em Português mas, também, de, dada a sua espontaneidade, poder reflectir o dialecto do Minho. O **Testamento de Afonso II** é o primeiro documento régio, datado, escrito em Português. Dele foram feitas treze cópias, de que restam duas, conservadas em Lisboa e Toledo. O confronto entre estas duas cópias sobreviventes mostra, muito claramente, como o conceito medieval de 'cópia' se distancia do nosso: variantes não só gráficas mas também linguísticas não punham em causa a fidelidade da 'cópia'. É nesta variação que reside, aliás, o grande interesse do documento uma vez que as divergências entre as duas versões permitem esclarecer questões linguísticas.

O estudo aprofundado da documentação remanescente permite ao investigador caracterizar a fase arcaica do Português. Como falava Afonso Henriques? Ou melhor: quais são os principais traços linguísticos que distinguem o Português dos séculos XIII e XIV da língua do século XXI?

No que ao vocalismo diz respeito, o traço que mais surpreenderia um falante actual seria, certamente, a abundância de sequências hiáticas resultantes da síncope das oclusivas sonoras e de N e L intervocálicos. Assim, palavras como *vi, só, teia, vinho* e *mão* eram dissilábicas, uma vez que a queda de -D- em VIDI, a de -L- em SOLO e em TELA, e a de -N- em VINU e MANU, tinham deixado em contacto duas vogais: *vi-i, so-o, te-a, ví-o, mã-o*. Nas duas primeiras formas as duas vogais virão a contrair-se (*vii* > *vi, soo* > *só*), processo que terá começado ainda durante o período do Português Antigo; na sequência hiática de *tea* será inserida uma semivogal (*tea* > *teia*) e na de *vio* uma consoante palatal (*vio* > *vinho*); em *mão* o hiato resolver-se-á através da ditongação, por semivocalização do segundo elemento. Neste último caso, a solução do hiato traduzir-se-á no alargamento do elenco vocálico do Português, que adquire, deste modo, ditongos nasais (MANU > *mã-o* > *mão* [ãw̃]; PANES > *pã-es* > *pães* [ãj]; LEONES > *leõ-es* > *leões* [õj]).

Note-se que o ditongo [ãw̃], não ocorria no Português Antigo com a mesma frequência com que ocorre actualmente. As terminações latinas, nominais e verbais, -ANU, -ANE e -ANT, -ONE e

-UNT tinham evoluído, respectivamente, para *-ão*, *-ã* e *-õ*: MANU > *mã-o* > *mão*; PANE > *pã* e CANTABANT > *cantavã*; CORATIONE > *coraçõ* e SUNT > *sõ*). Estas diferentes terminações viriam, mais tarde, a convergir numa só, mas apenas no singular, conservando o plural a antiga distinção.

| | singular antigo | plural antigo | singular moderno | plural moderno |
|-----------|-----------------|-----------------|------------------|-----------------|
| MANU | <i>mã-o</i> | <i>mãos</i> | <i>mão</i> | <i>mãos</i> |
| PANE | <i>pã</i> | <i>pães</i> | <i>pão</i> | <i>pães</i> |
| CORATIONE | <i>coraçõ</i> | <i>corações</i> | <i>coração</i> | <i>corações</i> |

Também o sistema consonântico do Português Antigo se afastava do actual, principalmente pela existência de fonemas africados. Na sequência da resolução de hiatos latinos através da ditongação, tinha surgido uma semivogal palatal que, em contacto com algumas consoantes, as palatalizou, criando uma nova série de consoantes. Foi assim que a articulação assibilada da oclusiva dental /t/ ou velar /k/, antecedendo a semivogal /j/, resultou numa africada palatal /tʃ/. Na România Ocidental – e, portanto, no Português – a africada despalatalizou: TERTIU > ter[tj]o > ter[tsj]o > ter[tʃ]o > ter[ts]o, *terço*; FACIO > fa[ts]o, *faço*). Mais tardia, a evolução da velar /k/ junto a vogal palatal resultou, também, na africada dental (CENTU > [ts]ento, *cento*). Estas africadas dentais surdas podiam, em contexto intervocálico, sonorizar: PRETIARE > pre[ts]ar > pre[dz]ar, *prezar*. Como o /ʃ/ latino conservou a sua articulação apicoalveolar, sonorizando quando intervocálico, o sistema do Português Antigo comportava quatro elementos distintos: duas africadas predorsodentais, /ts/ e /dz/, e duas fricativas apicoalveolares, /ʃ/ e /ʒ/.

| | |
|--------------------------------|---------------------------------|
| CERVU > [ts]ervo, <i>cervo</i> | COCERE > co[dz]er, <i>cozer</i> |
| SERVU > [ʃ]ervo, <i>servo</i> | COSERE > co[ʒ]er, <i>coser</i> |

Assim, *cervo*, com africada dental surda, distinguia-se de *servo*, com fricativa apical surda, e *cozer*, com africada dental sonora, de *coser*, com fricativa apical sonora.

Quando observamos um documento produzido no século XIII ficamos surpreendidos com a sistemática distinção entre africadas e fricativas. A mesma palavra pode surgir grafada de diversas formas num único documento, mas o escriba esforça-se por distinguir, graficamente, as africadas dentais das fricativas apicais. No *Testamento de Afonso II*, por exemplo, encontramos <c>, <ci> e <z> em representação da africada surda [ts] (*arcebispo*, *gracia*, *Alcobaza*, no manuscrito de Lisboa; *arcebispo*, *Alcobacia*, no manuscrito de Toledo) e <z> ou <c> para a sonora [dz] (*fazer*, *facer* no manuscrito de Lisboa; *treze*, no manuscrito de Toledo).

Se a distinção surda / sonora não tem idêntica nitidez nos dois manuscritos, já a distinção entre africada e fricativa é rigorosa, uma vez que às fricativas [ʒ] e [ʃ] ficam reservados os grafemas <s> e <ss>. Numa época em que a norma ainda não tinha conquistado a grafia, em que cada copista tentava, seguindo critérios diversos, transcrever o que ouvia, a distinção gráfica sistemática só pode reflectir uma clara distinção fonética.

Alguns dos novos fonemas resultantes de processos de palatalização são as fricativas palatais que encontramos em *beijo* ou *paixão* (de BASIU, /zj/ > /ʒ/ e PASSIONE, /sj/ > /ʃ/). A estas fricativas se opunham as africadas-surda /tʃ/ e sonora /dʒ/. A surda tinha origem nos grupos latinos iniciais PL, CL, FL. A sonora era o produto da consonantização da semivogal palatal latina inicial, da sua fusão com /d/ e /g/ ou de /g/ seguido de vogal palatal.

| | |
|------------------------------------|---------------------------------|
| PLANU > [tʃ]ão, <i>chão</i> | GENTE > [dʒ]lente, <i>gente</i> |
| PASSIONE > pai[ʃ]ão, <i>paixão</i> | BASIU > bei[ʒ]o, <i>beijo</i> |

Portanto, também no ramo palatal se distinguiam quatro elementos e a essa distinção fonética correspondia uma distinção

Embora a ortografia portuguesa conserve a distinção gráfica (e o chamado 's beirão' seja o continuador do s apical latino), ela deixou de ter correspondência no plano fonológico na maior parte dos dialectos do Português. É precisamente por isso que, agora, se ouvirmos uma palavra desconhecida não sabemos se devemos escrevê-la com <s> ou <c>.

gráfica: não encontramos, em documentos do Português Antigo, *chão* grafado com <x> nem *paixão* com <ch>.

A africada palatal sonora /dʒ/ simplificou, convergindo com a fricativa /ʒ/, ainda durante a fase arcaica do Português; a africada palatal surda [tʃ], por outro lado, conserva-se ainda no dialecto setentrional do Português. A ortografia actual mantém, na distinção gráfica <ch> / <x>, a memória da antiga oposição africana / fricativa.

Também a morfologia do Português Antigo surpreenderia o falante actual. O género de alguns nomes, por exemplo, não coincidia com o de hoje: *valor*,

fim, eram femininos mas *linguagem* e *linhagem* masculinos; *dor* ocorria com os dois géneros. Em nomes como *senhor*, *português*, *espanhol*, ainda sem adjunção da marca do feminino -a, o género era definido pelo artigo.

Numa das mais conhecidas composições poéticas galego-portuguesas, a **Cantiga da Garvaia**, de Pai Soares de Taveirós, encontramos o verso *mia senhor branca e vermelha*, em que podemos ver como o género feminino é marcado nos adjectivos mas não no substantivo.

No mesmo verso ocorre o possessivo antigo *mia*: também o sistema de possessivos era diferente do actual. No Português Antigo desenvolveram-se duas séries de possessivos. Ao lado das formas que sobreviveram até hoje, *minha*, *tua*, *sua*, havia uma série átona *ma*, *ta*, *sa*, usada apenas em contexto átono, com função adjectiva e antecedendo o substantivo (também para o masculino terão existido as átonas *mou*, *tou*, *sou*, mas trata-se de formas raras e que muito cedo foram substituídas pelas tónicas *meu*, *teu*, *seu*).

No mundo nom me sei parelha
mentre me for como me vai,
ca ja moiro por vós e ai!
mia senhor branca e vermelha,
queredes que vos retraia
quando vos eu vi em saia.
Mao dia me levantei
que vos entom nom vi fea!

E, mia senhor, des aquela
me foi a mi mui mal di'ai!
E vós, filha de dom Paai
Moniz, e bem vos semelha
d'aver eu por vós guarvaia,
pois eu, mia senhor, d'alfaia
nunca de vós ouve nem ei
valia d'ũa correa!

Assim, nas sequências *sa ordem* / *ũa ordem sua*, *sa* é a forma átona e *sua* a forma tónica do possessivo e ambas são sequências possíveis do Português Antigo. Contudo, a distinção entre átonas e tónicas nem sempre era observada e os possessivos *minha* (ou *mia*), *tua*, *sua* alternavam, em contexto átono, com *ma*, *ta*, *sa*. Quer isto dizer que *sa ordem* podia alternar com *sua ordem* mas em *ũa ordem sua* o possessivo átono não era utilizado. Logo, as formas tónicas, muito mais frequentes que as átonas, já que podiam ocorrer quer antes quer depois do nome, começam a substituir as primeiras. É um processo de mudança que começa ainda no século XIII mas que se prolonga durante mais de um século: em documentos do século XV ainda é possível encontrar formas átonas.

Voltando aos versos da **Cantiga da Garvaia**, outra forma característica do Português Antigo que aí encontramos é *queredes*. Na flexão verbal, o -t- latino tinha, quando intervocálico, sonorizado. Assim, todas as formas de segunda pessoa do plural apresentavam, no Português Antigo, um *d* em contexto intervocálico (*amades*, *faredes*, *ouvide*, etc.). Este -d- acabará por sincopar: no início do século xv alternavam, ainda, formas não sincopadas e sincopadas (podemos encontrar, num mesmo documento, *ajades* e *ajaes*) mas o processo de apagamento do -d- difunde-se ao longo desse século e estará generalizado em meados do século xvi, embora sobreviva em Galego e em dialectos setentrionais portugueses. O hiato resultante da queda da consoante resolveu-se através da ditongação (*mandade* > *mandae* > *mandai*) ou da crase (*dormides* > *dormies* > *dormis*).

Ainda na flexão verbal, também o particípio passado da segunda conjugação era diferente do actual, terminando em -udo. Havia, portanto, no Português Antigo, três terminações para o particípio passado: -ado, -udo, -ido (*amado*, *avudo*, *dormido*). Mas a segunda conjugação portuguesa resulta da fusão de duas conjugações latinas, a segunda, em -ĒRE, e a terceira, em -ĔRE.

Foram poucas as formas que resistiram ao apagamento do -d-: *tendes*, *ledes*, *ide*, são exemplos em que a consoante se conservou, provavelmente porque da síncope resultariam monossílabos ou homomorfia com a segunda pessoa do singular.

Ora, alguns verbos em *ĒRE* foram integrados não na segunda mas na terceira conjugação portuguesa (p. ex. *PETĒRE* > *pedir*). Daí, uma certa instabilidade entre estas duas conjugações: *requerer* alternava com *requerir* no Português Antigo, *caer*, *confonder*, *finger*, *tinger*, *traer*, inicialmente da segunda conjugação, foram, gradualmente, substituídos por *cair*, *fingir*, *tingir*, *trair*, da terceira. Por um processo de nivelção analógica os participípios dos verbos de tema em *e* (*sabudo*, *conheçudo*, *perduto*, etc.) acabarão por ser atraídos pela terminação *-ido*, originalmente exclusiva dos verbos de tema em *i*. A substituição completara-se já no século XVI, embora ainda ocorra, excepcionalmente, a forma *creçudo* no *Juiz da Beira*, de Gil Vicente.

Sobreviventes dos antigos participípios em *-udo* são, por exemplo, a forma *con-teúdo* e a expressão *teúda e manteúda*.

Como resultado de mudanças linguísticas regulares, alguns verbos apresentavam um lexema para a primeira pessoa do indicativo presente e para

o conjuntivo presente oposto ao dos restantes tempos. *Arço*, *senço*, *ouço* e *peço*, por exemplo, são o resultado dos étimos ARDEO, SENTIO, AUDIO e PETIO. Destes verbos, alguns sofreram regularização (*ardo*, *sinto*) mas outros mantiveram a antiga variação (*ouço*, *peço*). Também nos verbos com o sufixo *-SCERE* (*conhosco*, *pareSCO*) ocorreu modificação analógica (*conheço*, *pareço*).

No Português Antigo *ser*, *haver* e *ter* ocorrem em alternância enquanto verbos auxiliares ('Lopo Soares *era chegado*'; 'os serviços que *avian feitos*'; 'aquelas cousas que *ten aparelhadas*'). Tanto *haver* como *ter* significavam 'posse' mas, enquanto *haver* designava posse de bens ou qualidades inalienáveis, *ter* implicava a posse temporária de um bem. Portanto, o possuidor 'tinha um livro' mas 'havia nome'. Ao longo do período arcaico do Português o verbo *ter* começa a substituir *haver* até que este perde o valor semântico de posse e se torna verbo existencial ou auxiliar. Ao mesmo tempo, desaparecem as construções com concordância entre participípio passado e complemento directo (construções do tipo 'as coisas que *havia vistas*' serão substituídas pela moderna construção 'as coisas que *tinha visto*').

Vale a pena demorarmo-nos um pouco na análise de algumas formas que tiveram percursos singulares e que mostram como pode ser complexa a história de uma palavra. É o caso do verbo *ser*, com origem no Latim SEDERE, que significava, inicialmente, 'estar sentado' e que convivia com *estar* < STARE, 'estar de pé' e ESSE, 'ser'. Mas, ainda no Português Antigo, *seer* ocorre, também, com o sentido de 'ser'. No indicativo presente, por exemplo, *sejo* (e *sees*, *see*, *seemos*, *sedes*, *seem*) tanto podia significar 'estou sentado' como 'sou'. Cedo se fundiram SEDERE e ESSE e o actual verbo *ser* resulta do cruzamento dos dois étimos: o indicativo presente de ESSE substituiu o de SEDERE (*som* > *sou*, *es*, *é*, *somos*, *sodes* > *sois*, *som* > *são*) mas o conjuntivo presente tem origem em SEDERE (*seja*, *sejamos*).

O Português Antigo admitia a construção com o sujeito indeterminado *homem*: 'de cinquenta anos adiante vai já *homen* folgando e assessegando e quedando das tentações'. Este pronome não sobreviveu, tal como não sobreviveram muitos dos advérbios que encontramos na documentação arcaica: *hu* (onde), *er* e *ar* (do mesmo modo), *adur* (dificilmente), *adrede* (directamente), *ensembra* (juntamente), *asinha* (rapidamente), *ende* (disso, nisso), *rem* (nada), *acá* e *acó* (neste lugar), *alá* e *aló* (naquele lugar). E outros mudaram de sentido: *poem* (ou *poemde*) significava, então, 'por isso'. Também a construção com o partitivo, característica do Português Antigo, desaparecerá, deixando vestígios, apenas, em fórmulas fossilizadas como a eclesiástica 'comer *do* pão e beber *do* vinho'.

Falemos, ainda, de uma mudança linguística que percorre a história do Português: a colocação dos pronomes átonos ou clíticos. No Português Antigo o pronome átono podia surgir antes ou depois do verbo ('*deu-me* o livro' / '*me* deu o livro'). A construção mais frequente era aquela em que o pronome surgia depois do verbo (ênclise); a inversão era excepcional e transmitia ênfase. Entre o século XIII e o XVI a ocorrência dos pronomes átonos antes do verbo (próclise) foi-se tornando cada vez mais frequente, perdendo-se a noção da carga enfática da próclise e tornando-se esta a ordem natural. Mas a partir da primeira metade do século XVI começa o Português a preferir, novamente, a ênclise, adquirindo a gramática que o caracteriza na actualidade. Portanto,

o Português dos finais do século XV e início do XVI, o Português que acompanha a primeira fase do processo expansionista dos Descobrimientos, o Português 'exportado', nos primeiros tempos, para as novas terras, era uma língua que preferia a próclise. E dessa preferência dará testemunho a gramática próclítica do Brasil.

E GIL VICENTE? E CAMÕES?

O PORTUGUÊS MÉDIO

No começo do século XV, a língua portuguesa tem séculos de amadurecimento. Não é já o Português dos documentos primitivos, que ensaia os primeiros passos, mas não é, ainda, a língua elaborada de Camões.

Um acontecimento que ocupa um lugar especial no imaginário português é a Batalha de Aljubarrota. Pondo termo a um longo período conturbado, resultado de uma crise dinástica aliada a uma desfavorável conjuntura económica e ao crescimento da burguesia urbana, Aljubarrota simboliza a independência nacional. No pano de fundo da depressão económica de uma Europa exaurida pela fome, pela peste, pela guerra, Portugal arrisca, nesse momento, a sua independência. Morto D. Fernando, a aclamação da sua filha Beatriz, casada com o rei de Castela, provoca uma revolução se não verdadeiramente popular, pelo menos da burguesia aliada aos mesteirais. A expansão das cidades, conseguida à custa do declínio das zonas rurais, tinha criado condições para o florescimento de uma classe, os burgueses, que almejava mais riqueza e, principalmente, mais direitos. Não é de estranhar, portanto, o seu apoio ao Mestre de Avis contra a antiga nobreza. Com a aclamação de D. João I nas Cortes de Coimbra, em 1385, a revolução e a burguesia triunfam. Derrotada, a nobreza que tomara voz por Castela é afastada e o seu lugar ocupado por burgueses e escudeiros. A nova monarquia e a nova nobreza precisam de fortalecer o país no contexto peninsular, precisam de

criar novos circuitos comerciais, precisam de afirmação política e de riqueza.

Se a expansão ultramarina pode ser encarada como uma consequência do triunfo da Revolução de 1385, também no reino, agora centrado em Lisboa, a revolução tem consequências sociais e culturais. Em roda de D. João forma-se uma corte que valoriza a cultura. A presença de mestres que exerciam funções de aios e

O livro era peça de luxo. A imprensa, nascida na Alemanha em 1440, só chegará a Portugal nos finais do século XV.

Uma grande biblioteca albergaria umas poucas dezenas ou centenas de livros: a biblioteca do Mosteiro de Alcobaça, a maior do reino, teria uns quinhentos livros e a de Santa Cruz de Coimbra ainda menos. A de D. Duarte contava pouco mais de oitenta volumes. Mas o facto de muitos destes códices serem já em Português é ilustrativo da importância da leitura. Os nobres e os burgueses cultos apreciavam os romances de cavalaria. Os príncipes liam, escreviam, traduziam, e deste grupo de infantes guerreiros e ilustrados ficou-nos a imagem de uma lendária elite conhecida como a **Geração de Avis**.

professores torna-se habitual, não apenas na corte régia mas também nas cortes senhoriais e mesmo nas residências dos burgueses mais ricos. No tempo de D. João e de D. Duarte os moços da corte tinham escola própria, com biblioteca, escrivães e letrados ao seu serviço. É a corte que concentra a vida cultural portuguesa: até a Universidade está sob a 'protecção' do rei.

O interesse da Casa de Avis pela tradução e pela leitura de novelas de cavalaria, de Crónicas e Nobiliários cria condições para o florescimento da **historiografia** e, com D. Duarte, surge um novo cargo, o de cronista-mor do reino, entregue inauguralmente a Fernão Lopes.

D. João promoveu a tradução para Português de grande parte do Novo Testamento e escreveu, além do *Livro da Montaria*, um *Livro de Horas de Santa Maria* e uns *Salmos Certos para Finados*. D. Duarte escreveu o *Leal Conselheiro* e o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sella*. O infante D. Pedro traduziu Séneca e Cícero. A poesia também não lhe era indiferente, e carteara-se metricamente com João de Mena, à época o mais notável dos poetas castelhanos. O infante D. Henrique escreveu

um pequeno tratado de teologia. Toda esta produção literária terá, certamente, contribuído para a maturidade da língua. E, assim como a literatura começa a libertar-se da esfera eclesiástica, embora os Mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e de Alcobaça se mantenham como centros de cultura, também o Português, a **linguagem vulgar**, se emancipa e invade todos os ramos do pensamento. É em Português que são escritas as crónicas de Fernão Lopes e, depois, as de Gomes Eanes de Azurara, as de Rui de Pina ou Garcia de Resende, entre tantos outros.

O desenvolvimento da prosa implica uma evolução na escrita: linguagem figurada, comparações, metáforas configuram já uma literatura portuguesa em prosa, com estilos literários próprios de cada prosador. A frase é ainda longa, o período complexo, a coordenação abundante, mas o texto vai-se tornando cada vez mais próximo do Português moderno.

Já na segunda metade do século XV, e paralelamente à prosa, começa a ressurgir a actividade poética. Na corte, em torno dos reis e mecenas desenvolve-se uma poesia que denominamos **palaciana**. O florescimento do comércio – principalmente de especiarias – trazia riqueza ao reino e favorecia o devaneio poético, cultivado na frivolidade dos serões de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel, e compilado por Garcia de Resende no *Cancioneiro Geral*, impresso em 1516.

Desde finais do século XIV e ao longo dos séculos XV e XVI, a sociedade sofre, pois, profundas alterações. Inicia-se uma nova dinastia, que chama a si a cultura, e mudam as classes que detêm o poder; a corte, até então itinerante, fixa-se na área centro-meridional, terra reconquistada e repovoada, lugar de encontro de gentes e dialectos; o país consolida-se dentro e fora da Península; a imprensa permite uma maior difusão do pensamento e a produção literária em Português aumenta e torna-se mais acessível; surgem as primeiras gramáticas, inaugurando a reflexão linguística e abrindo caminho à normalização e ao ensino da língua. A evolução da língua não poderia deixar de acompanhar toda esta dinâmica: concretizam-se mudanças linguísticas iniciadas nos séculos anteriores, extinguem-se características do Português Antigo, a língua sofre um processo de elaboração e começa a fixar-se uma norma.

Com o advento da dinastia de Avis, o centro de gravidade do país desloca-se para sul e Lisboa ganha verdadeiramente estatuto de capital. Lisboa torna-se o modelo urbano que atrai as populações e os interesses. Modelo também numa perspectiva linguística. Norte e Sul opunham-se já, em consequência das estratégias da reconquista e do repovoamento: um Norte-Noroeste de 'terras antigas', densamente povoado, estável, dialectalizado, centro da produção trovadoresca e ligado à Galiza, demarcava-se de um Centro-Sul moçárabe, reconquistado, de população rarefeita e com uma língua homogeneizada pelo repovoamento. Agora, é este eixo centro-meridional que se torna o modelo que enformará a elaboração linguística do Português. A Corte de Avis, funcionando como 'força centrípeta', absorve as distintas áreas dialectais, deixando à margem as características – doravante regionais – do Norte. E a antiga língua dos Cancioneiros sofrerá mudanças que,

num processo de unificação e normalização, a transformarão em idioma nacional e símbolo de um Império.

O século XVI fornece-nos informantes que reflectem sobre algumas destas mudanças linguísticas. Tomemos como exemplo a *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira (1536).

Quando Oliveira propõe a grafia <y> para representar a semivogal, exemplifica com formas como *seyo* (SENU > *sẽ-o* > *seio*) mostrando, claramente, que a semivogal se encontra presente. Portanto, embora a grafia antiga (*seo*, *feo*, *creo*, etc.) ainda se mantenha em vigor, na se-

quência *-eo* já se tinha desenvolvido uma semivogal (CREDO > > *cre-o* > *creio*).

Outros hiatos característicos do Português arcaico também já se tinham resolvido através da contracção das duas vogais (LANA > *lã-a* > *lã*) ou da semivocalização (MALU > *ma-u* > *mau*)



ou, ainda, recorrendo a uma consoante palatal (SARDINA > *sardī-a* > *sardinha*).

As antigas terminações nasais tinham já convergido numa só, o ditongo [ãw], no singular, criando uma assimetria entre singular e plural: MANU > *mã-o* > *mão* / *mãos*; PANE > *pã* > *pão* / *pães*; ORATIONE > *oraçõ* > *oração* / *orações*). Sobre esta questão diz Oliveira:

"[...] nomes que mudam todo o ditongo: como *lição*, *lições*, *podão*, *podões* e *melão*, *melões*. [...] se olharmos ao singular antigo que já tiveram não mudam tanto como agora nos parece, porque estes nomes todos, os que se acabam em *ão*, ditongo, acabavam-se em *om* como *liçom*, *podom* e *melom*, e acrescentando *e* e *s* formavam o plural *lições*, *podões* e *melões*, como ainda agora fazem. E outro tanto podemos afirmar dos que fazem o plural em *ães* como *pães*, *cães*, dos quaes antigamente era o seu singular *pam*, *cam*. [...] Os outros nomes que fazem o plural em *ãos* como *cidadãos* e *cortesãos*, assi tiveram sempre o seu singular acabado em *ão*, como agora tem *cidadão* e *cortesão*. Estes guardam sua antiguidade em tudo e aquelloutros só no plural."

E, mais adiante, quando descreve os ditongos portugueses, Oliveira apresenta o ditongo *ae* que ocorre em *tomae*. Ou seja, já o *d* intervocálico da segunda pessoa plural da flexão verbal tinha sincopado e já o hiato daí resultante tinha sido eliminado através da ditongação.

Se para conhecermos o Português Antigo tínhamos que recorrer, exclusivamente, à análise da documentação escrita, para as fases posteriores dispomos já, portanto, de descrições como as das gramáticas de Fernão de Oliveira ou João de Barros que encerram informações valiosas de que as acima citadas são exemplo. Não quer isto dizer, contudo, que desprezemos os dados que a análise textual pode proporcionar-nos. Assim, a comparação entre um documento do Português Antigo (*Foro Real*², finais do século XIII)

² José de Azevedo Ferreira (1987). *Afonso X. Foro Real. Edição e estudo linguístico*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

"[...] yrmaos ou primos de padre ou de madre nō seyam estes testimonhas [...]. Outrosy nō testimoyar possã [...] nē trahedor nē falso nē aleyuoso nē escomungado dementre o for nē herege nē seruo nē ladrõ [...]"

e outro, do Português Médio (*Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte*³, 1423-1438)

"Mezinha pera as tetas das molheres quando parirem: tomem mynhocas e frijam nas em manteigua e ponham emprasto sobre as mamas e outro antre as espadoas, esto fação tres dias [...]"

revela a coerência das grafias do texto mais antigo, que correspondem à terminação etimológica (-ANU > -ao, em *yrmaos*; -ANT > -am, -ã, em *seyam*, *possã*; -ONE > -õ, em *ladrõ*, tal como NON > nō), por oposição à oscilação gráfica do texto do século XV, em que à terminação latina -ANT correspondem, alternadamente, -am (*frijam*, *ponham*) e -ão (*fação*). Ou seja: no século XIII há, ainda, três terminações diferentes, consoante o étimo; dois séculos passados, já estas terminações estão em fase de convergência no ditongo.

E outras características do Português Médio podem ser detectadas na documentação. A título de exemplo, observemos os seguintes excertos de *Documentos Históricos da Cidade de Évora*⁴ (o primeiro de 1395, o segundo de 1410):

"O primeiro artigo fala dos siseiros, que se algum tem vinho para vender que vende alguma talha ou tonel, nom o fasendo saber aos siseiros que vão veer a dita talha ou tonel ante que o comece a vender, he *avido* por *perdudo*."

"Como quer que per os Reis ante nos foram postas muitas cousas pera aver hi mais homeens que teuessem cavallos e armas pera defensom da terra [...] porem nos ora por bem e relevamento de nosso povo mandamos que tenhaes em ello esta maneira que se adiante segue."

³ João José Alves Dias (1982). *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte*. Edição diplomática. Lisboa: Editorial Estampa.

⁴ Gabriel Pereira (1885-7). *Documentos Históricos da Cidade de Évora*. Évora: Typographia da Casa Pia (Parte I) e Typographia Económica de José d'Oliveira (Parte II).

Em *tenhaes* já encontramos a forma com síncope do *d* intervocálico, substituindo a antiga forma *tenhades*. E a ocorrência de *perdudo*, ainda com a antiga terminação -udo do particípio passado, a par de *avido*, em que já encontramos a terminação moderna, mostram como, no Português Médio, alternam formas arcaicas com aquelas que virão a impor-se.

O acervo vocabular do início de Quinhentos era constituído com base no Latim e enriquecido pelo contacto com substratos e superstratos. O recurso a sufixos de origem latina como -nça, (< -NTIA) ou -mento tinham criado termos como *ensinança*, *perdoança*, *trigança*, *femença*, *mudança*, *pestelença*, *pareença*, *doença*, *avisamento*, *mantimento*, *leixamento*, *falecimento*, *instrumento*... Mas, ainda no século XV e depois no XVI, muitos destes termos acabaram por cair em desuso (*trigança* 'pressa', *femença* 'atenção', *avisamento* 'prudência', *leixamento* 'acto de deixar'); outros foram substituídos por novas entradas mais próximas do modelo latino (*ensinança* foi substituído por *ensinamento*, *perdoança* por *perdão*, *pestilença* por *pestilência*); alguns conservaram-se, mudando, embora, o valor semântico (*mantimento* significava 'manutenção', *falecimento* 'falta' e *instrumento* 'acta, escritura'), e outros vigoram até hoje (*mudança*, *pareença*, *doença*).

Responsáveis pelo surgimento de muitos adjectivos tinham sido os sufixos -al, -vel e -oso. É certo que alguns destes adjectivos acabaram

É interessante ver como Fernão de Oliveira, em 1536, opina sobre os arcaísmos:

"As dições velhas são as que foram usadas mas agora são esquecidas como *Egas*, *Sancho*, *Dinis*, nomes propios [...] *acarão* que duer dizer *junto* ou *a par* e *samicas* que significa *por ventura* e outras piores vozes ainda agora as ouvimos e zombamos delas [...] muitas vezes algũas dições que há pouco são passadas são já agora muito avorrecidas como *abem*, *ajuso*, *acajuso*, *a suso*, e *hogano*, *algorrem* e muitas outras."

Estas 'dições velhas' que Oliveira reconhece como arcaísmos e motivo de zombaria são, no entanto, ainda frequentes em Gil Vicente que, trabalhando justamente nas décadas que funcionam como meridiano entre Português Médio e Clássico, aproveitou algumas das características linguísticas que estavam a desaparecer para caracterizar as suas personagens.

por desaparecer (*terreal, humanal, concordavel, convinhavel, humilde, soberbo*) mas muitos sobreviveram (*temporal, espirital, amável, estável*).

Também alguns verbos do Português Antigo, ainda frequentes no início de Quinhentos, desapareceram. É o caso de *leixar* (que alternava com *deixar*), *filhar* 'roubar', *aqueecer* 'acontecer', *gançar* 'ganhar' ou *prasmear* 'blasfemar'.

Um processo de grande expressão a partir do século xv é o de **relatinização** do Português. Embora D. Dinis tivesse convertido o Português em língua oficial, a língua de ensino era, ainda, o Latim: na Universidade, o estudo da Gramática consistia em aprender a ler e escrever Latim. O modelo linguístico presente no espírito dos alfabetizados era, portanto, o Latim. No momento em que a afirmação política de Portugal no contexto peninsular determina uma separação linguística, o Português demarca-se da primitiva unidade Galego-portuguesa e Português e Galego seguem caminhos diferentes. O Galego sofre um processo de castelhanização, o Português um processo de elaboração. Por **elaboração** entende-se a eliminação de dialectos em torno de um centro hegemónico que labora no sentido da unificação de um idioma nacional.

Nos séculos seguintes, o Latim, sempre fonte etimológica para o Português, continuou a fornecer léxico que consistia, por vezes, na reintrodução de termos já existentes mas muito transformados pela evolução fonética. Justifica-se, assim, a existência de **palavras divergentes** (FLAMMA > *chama*, atestada desde o século xiii, e *flama*, no século xvi; MASCULU > *macho*, século xiii, e *másculo*, século xvii): esquecida a ligação entre étimo e palavra portuguesa, retorna-se ao Latim, num momento em que os processos evolutivos activos na língua são já outros.

parte, **latinismos**. Se o Latim é encarado como modelo, que melhor fonte para colmatar as lacunas da 'língua vulgar'?

Ora, a elevação da língua a idioma nacional supõe o seu uso em todos os ramos de pensamento. E, uma vez que a língua medieval não responde a todas as necessidades que o desenvolvimento literário implica – nomeadamente no campo dos conceitos abstractos –, a elaboração linguística materializa-se no enriquecimento do léxico do Português Médio e Clássico através de **neologismos** que são, em grande

É assim que os novos prosadores, à falta de vocábulos portugueses, recorrem, de novo, ao Latim. E mesmo D. Duarte, que não gostava de usar palavras 'latinadas' e que tentava dar-lhes feição portuguesa ou as explicava (diz, por exemplo, no *Leal Conselheiro*: "da yra seu proprio nome em nossa lingoagem he sanna"), sentiu necessidade de recorrer ao Latim: *satisfação, malícia, circunstância, abstinência, infinito, fugitivo, evidente, intelectual, abranger, apropriar* ou *reduzir*, são exemplos de latinismos incorporados no Português, no século xv, pela mão do rei.

Mas também de outras línguas românicas, através dos contactos culturais desenvolvidos nesta época, nos chegaram novos vocábulos: *chapéu* e *chaminé, brocado* e *piloto* são, respectivamente, **galicismos** e **italianismos** incorporados no Português Médio, e já atestados no século xv. De meados desse século a finais do século xvii, a ligação política entre Portugal e Castela, justifica o facto de o Castelhana ser usado como segunda língua pelos portugueses cultos. No *Cancioneiro Geral* encontramos composições em Castelhana e é bem conhecido o bilinguismo de Gil Vicente, responsável pela introdução de, por exemplo, *castelhana* em substituição do antigo *castelão*.

A EXPANSÃO DO PORTUGUÊS

Em 1414, quando se estabelece a paz com Castela, Portugal era já um reino antigo, com fronteiras delimitadas desde o século xiii. Se a paz e as fronteiras não permitiam a expansão territorial no contexto peninsular, a situação geográfica favorecia a expansão marítima. Ao longo da Idade Média, as cruzadas, o comércio e o desenvolvimento de técnicas como a cartografia ou a bússola tinham já lançado os alicerces da náutica oceânica. A depressão económica, o declínio das zonas rurais, a necessidade de afirmação nacional e consolidação da nova monarquia, impelem o reino para os descobrimentos e conquistas dos séculos xv e xvi. Portugal procura novos senhorios, ouro, escravos, trigo. É neste complexo conjunto que se enquadra a primeira fase expansionista, inaugurada com a tomada de Ceuta, em 1415. A ocupação militar do Norte de África, que consagra a nova dinastia, fará parte

do programa político da nobreza até Alcácer Quibir. Mas ao lado desse programa, que continua a linha de acção medieval de luta contra o 'infiel', desenvolve-se um projecto expansionista que começa a produzir frutos com a descoberta do Porto Santo, em

A medida que iam descendo a costa de África e encontrando povos e línguas diversas, os portugueses defrontavam-se com os obstáculos que o desconhecimento dessas línguas lhes colocavam. Criaram, assim, o hábito de capturar indígenas que funcionariam como intérpretes (os chamados 'línguas') nas viagens seguintes. Estes contactos constituem o capítulo inicial de uma história que os portugueses irão escrever nos séculos seguintes, difundindo a língua portuguesa nas terras recém-descobertas.

1418, e com a colonização da Madeira, em 1425. No reinado de D. Duarte a passagem do cabo Bojador abre o caminho para uma política de expansão marítimo-mercantil que marcará a regência de D. Pedro. A transformação do cabo das Tormentas em cabo da Boa Esperança rasga os horizontes portugueses e permite o avanço para o Oriente. E, em 1500, Pedro Álvares Cabral chega à terra que virá a ser a grande colónia portuguesa, o Brasil.

É inegável que a motivação essencial deste movimento era o alargamento de uma rede de relações comerciais que tinha criado tradição no Mediterrâneo. Mas as relações comerciais têm implicações culturais, uma vez que supõem intercâmbio linguístico.

Se o principal motor dos Descobrimentos era economicista, outros houve que não podem ser ignorados. Em 1513, quando D. Manuel envia uma embaixada ao Prestes João, nela seguem uma pequena biblioteca e uma tipografia. Portanto, para além de uma motivação religiosa, a difusão da cultura e da língua estiveram sempre presentes no horizonte da expansão portuguesa. A Companhia de Jesus aliou à acção missionária uma notável acção cultural e difundiu a imprensa e a língua portuguesa ao longo dos séculos XVI e XVII. A elaboração de 'cartinhas para aprender a ler e escrever' e de vocabulários, o envio de livros e mestres para as novas terras são o resultado, não apenas da intensificação das trocas comerciais mas também do esforço de afirmação cultural e do orgulho nacionalista. Esforço que se traduzirá não

só na substituição de línguas autóctones pelo Português mas também no surgimento de novas línguas de comunicação – os **crioulos** – e na introdução de vocábulos portugueses em várias línguas.

Com o avanço das conquistas portuguesas, intensificavam-se os contactos com falantes dos mais diversos pontos do mundo. Os portugueses descobriam novas terras, novas línguas, novas realidades: animais, plantas, frutos desconhecidos eram trazidos para Portugal. E com os novos produtos chegavam, também, as suas designações originais. Daqui resultou um significativo aumento do nosso acervo lexical: *jangada*, *canja*, *pijama*, *biombo* são importações de línguas asiáticas, *banana*, *girafa*, *missanga*, de línguas africanas. No Brasil, o Tupi-guarani legou-nos milhares de palavras. Algumas pertencem, apenas, ao léxico estritamente usado no Português brasileiro, outras, tão vulgares como *ananás*, *amendoim* ou *cacau*, fazem parte do vocabulário que usamos, todos os dias, em Portugal.

Por outro lado os portugueses iam deixando, também, marcas linguísticas nos lugares distantes onde aportavam. No Oriente, as palavras malaias *kadera* (cadeira), *varanda*, *kamija* (camisa), *terigo* (trigo) ou as japonesas *furasuko* (frasco), *bisukettu* (biscoito) são exemplos de termos aí implantados pelos portugueses. E em África, o Quicongo conserva palavras portuguesas como *kesu* (queijo), *sapatu*, *lozo* (arroz) ou *matelo* (martelo).

O processo dos descobrimentos e conquistas dos portugueses foi acompanhado quer por um movimento de evangelização quer pela fixação de falantes do Português na Ásia, em África,

O tópico da 'língua companheira do Império' e o empenho posto na difusão da língua estão bem patentes nas palavras de João de Barros

"As armas e padrões portugueses, postos em África e em Ásia, e em tantas mil ilhas fora da repartição das três partes da terra, materiaes sam, e pode-as o tempo gastar, pero nam gastará doutrina, costumes, linguagem, que os Portugueses nestas terras leixaram."

e de Fernão de Oliveira

"[...] apuremos tanto a nossa [língua] com boas doutrinas, que a possamos ensinar a muitas outras gentes e sempre seremos delas louvados e amados [...]."

na América. O intercuro comercial e a acção evangelizadora tornam o Português um símbolo de cultura cristã e língua franca de marinheiros, mercadores, missionários, europeus e não europeus. E Lisboa, transformada em empório comercial, torna-se um centro difusor de vocabulário asiático, africano, americano. Com os produtos exóticos, Portugal importava, também, os termos que os designavam. E ao exportar para toda a Europa esses produtos, Lisboa exportava vocabulário exótico. É assim que, por intermédio do Português, as línguas europeias adquirem termos como *cobra*, *zebra*, *coco*, *manga*, *ananás*, *banana*...

No princípio do século XVI Portugal teria pouco mais de um milhão de habitantes mas transformara-se num dos mais prestigiados Estados europeus. Lisboa agigantava-se com o comércio das especiarias. A conquista de Ormuz, Goa e Malaca tinha dado forma a um império oriental. Em 1532 começa a plantar-se cana no Brasil e Portugal torna-se o mais importante fornecedor mundial de açúcar. Mas depressa as receitas se revelariam insuficientes: os custos da defesa do império, o crescimento da nobreza, a importação de todos os produtos manufacturados tornavam-se um sorvedouro de dinheiro. A nobreza e a alta burguesia monopolizavam o comércio. Abundavam as grandes fortunas individuais mas o rendimento era todo absorvido pelas camadas superiores da sociedade que esmagavam a agricultura com pesados impostos. Nos finais do século XVI o império do Oriente torna-se insustentável e, já depois de Alcácer Quibir e da união das coroas portuguesa e espanhola sob o domínio dos Filipes, o Estado agrava a carga tributária. As perseguições aos judeus e o confisco das suas fortunas acabam por traduzir-se numa fuga de capitais. Antes, durante e após a guerra com Espanha a alta nobreza domina a política e a opulência da cidade contrasta com a miséria rural. A crise financeira agudiza-se mas quando, nos finais do século XVII, se tenta uma reforma mercantilista, a descoberta de ouro no Brasil vem criar uma nova quimera de riqueza. O ouro fácil destrona o esforço de reformas económicas e o Brasil torna-se destino de emigração.

DO PORTUGUÊS MÉDIO AO PORTUGUÊS CLÁSSICO

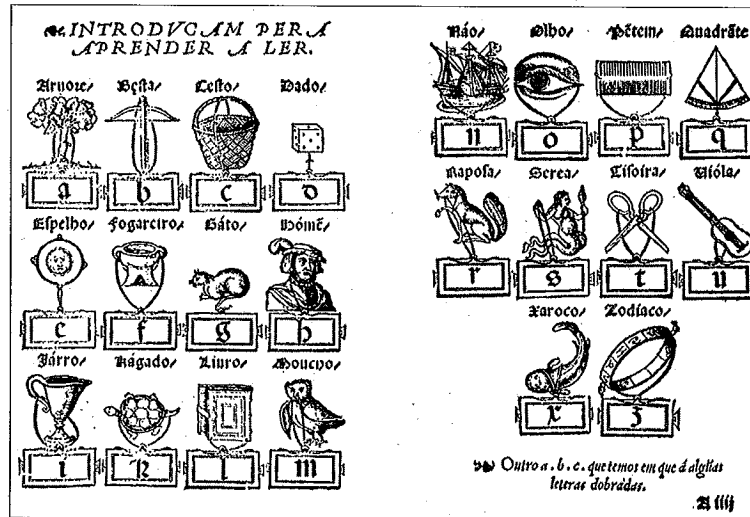
Em 1536 representa-se o último auto de Gil Vicente. No mesmo ano, publica-se a *Gramática* de Fernão de Oliveira. E é também por essa altura que se funda o Santo Ofício da Inquisição. São três acontecimentos que marcam, de modo diverso, a história da cultura portuguesa.

Gil Vicente representa a ponte entre a cultura e a língua medievais e o Renascimento, entre o Português Médio e o Clássico. Na Europa, a Flandres e cidades como Veneza ou Florença, importantes focos comerciais, propagavam a cultura antiga, agora na perspectiva de uma sociedade que descobre novas realidades. Aos olhos do humanista, eixo do mundo e dono do seu destino, a Antiguidade Clássica ganha novos contornos. Sá de Miranda (e, mais tarde, André de Resende, Pedro Nunes, Garcia de Orta) importa para Portugal esta nova visão do mundo. É pela sua mão que é, aqui, introduzida a 'medida nova', abrindo caminho a novos géneros literários e a uma utilização cada vez mais elaborada e engenhosa do Português. A língua é encarada já não apenas como um meio de transmitir uma mensagem, mas como um objecto em si. E se a língua pode ser trabalhada com intuítos estéticos, pode, também, ser analisada, estudada, descrita.

Ao louvor da língua portuguesa e à sua valorização enquanto factor de consolidação de um império alia-se o interesse pela codificação. A fixação de uma norma linguística torna-se um objectivo dos gramáticos. Nacionalismo, ideal unificador e expansionista traduzem-se em preocupação com o ensino da língua portuguesa. Multiplicam-se as gramáticas, os vocabulários e as 'cartinhas' (cartilhas).

Ainda na primeira metade do século XVI, João de Barros ilustra estes interesses, ao escrever um *Diálogo em louvor da nossa Linguagem*, uma Gramática e uma Cartinha.

O interesse pelos estudos linguísticos é reflexo do humanismo. As gramáticas e os dicionários surgem no âmbito de um movimento europeu de defesa das línguas nacionais. Nos finais do século XV Nebrija introduzira na Península esse espírito, ao publicar uma gramática do Castelhana. Em Portugal, às gramáticas de Oliveira e Barros seguir-se-ão, nos séculos XVI e XVII, as



A Gramática da Língua Portuguesa com os mandamentos da Santa Madre Igreja, de João de Barros, é o nosso primeiro livro didáctico ilustrado

gramáticas e tratados de ortografia de Duarte Nunes de Leão, Magalhães de Gândavo, Bento Pereira. Ainda no século XVI, Jerónimo Cardoso inaugura a lexicografia portuguesa, com diversos dicionários de Latim-Português e Português-Latim.

Em 1555 D. João III entrega à Companhia de Jesus o Colégio das Artes. O monopólio do ensino ficará, a partir daí, nas mãos dos jesuítas e a censura condicionará o desenvolvimento cultural. Aristóteles e a Escolástica tornam-se a base do ensino. Ao longo do século XVII, a Europa descobre o pensamento de Galileu, Descartes, Pascal, Espinosa, Leibniz, Newton. Mas Portugal, sem Corte e com o ensino entregue aos jesuítas, não acompanha esta emancipação: o pensamento científico não pode medrar no ambiente de Contra-Reforma dominado pela Companhia de Jesus e pela censura. Ciência é, apenas, o que se ensina nos colégios jesuítas. Nos finais do século XVI e durante todo o século XVII, a cultura retorna à Igreja e o ambiente é propício ao desenvolvimento da literatura monástica (Heitor Pinto, Amador Arrais, Tomé de Jesus, Manuel Bernardes), de uma poesia mística como a de Diogo Bernardes, e da arte da oratória. É neste último campo que se

destaca a figura mais representativa do século XVII, o Padre António Vieira.

Das proibições inquisitoriais e da integração em Espanha resulta um interesse crescente pela língua e pelos autores castelhanos. Francisco Manuel de Melo, por exemplo, exprime-se em castelhano e vive em Madrid. O bilinguismo dos literatos seiscentistas, contudo, não constitui ameaça para a língua portuguesa, já solidamente identificada com a nacionalidade. Aliás, o 'castelhano' dos portugueses estaria carregado de lusismos quer no léxico, quer na morfologia e na sintaxe.

Já vai longe a prosa doutrinal de Avis. Bernardim Ribeiro cria a novela sentimental. No teatro destacam-se nomes como Chialdo, Prestes, António Ferreira ou Ferreira de Vasconcelos. E, após a restauração da independência, enquanto nos salões da corte portuguesa se reúnem as academias de intelectuais, o povo diverte-se com o teatro de cordel.

Castanheda, João de Barros, Diogo do Couto, Damião de Góis, Gaspar Correia, Bernardo de Brito mantêm viva a historiografia. Na esteira dos Descobrimentos surgem os relatos de viagens e naufrágios, com todo o exotismo das novas realidades. E, ainda no século XVI, Camões escreve a epopeia que, no imaginário português, representa o momento de ouro da elaboração linguística e literária. A produção poética de Sá de Miranda abriu caminho para a sensibilidade estética de Camões, nas décadas finais do século XVI, e para o apuro da prosa de Vieira, no século XVII, que consolidam uma língua literária que chegará, quase incólume, até aos nossos dias.

Da língua espera-se, agora, que sirva objectivos estéticos, harmonizando-se com o pensamento, burilando o ritmo, a musicalidade, a expressividade do texto literário. Da literatura espera-se exuberância e grandiosidade. Trocadilhos, antíteses, paralelismos, aliteraões, hipérbolos são malabarismos que dão solidez a uma língua literária que retoma o modelo latino, do qual decalca a sintaxe e o léxico. É esse o maior contributo linguístico do Português Clássico: a construção frásica que imita a latina, a abundância de subordinação, os latinismos que enriquecem o acervo lexical. *Ebúrneo, indómito, inopinado, altíssimo, arquétipo, hemisfério* são vocábulos que encontramos em Camões. Superlativos em *-érrimo*,

Processo semelhante ocorre no ramo palatal, no século xvii, quando a africada palatal surda é eliminada dos dialectos centro-meridionais. A antiga oposição entre africada, grafada <ch>, e a fricativa, grafada <x> (*chave*, [tʃ]ave / *paixão*, pai[s]ão) é neutralizada, recaindo a escolha na fricativa. No século seguinte a norma acolheu já esta mudança, como podemos verificar nas palavras de Verney (1746, *Verdadeiro Método de Estudar*):

"Tem esta letra aspirada com o *h* (*ch*) uma pronúncia em Portugal semelhante ao *x*, e assim dizemos *Choro*, *Chove*, &c. como se estivera escrito, *Xoro*, *Xove*."

Nos dialectos setentrionais, contudo, a africada mantém-se até hoje.

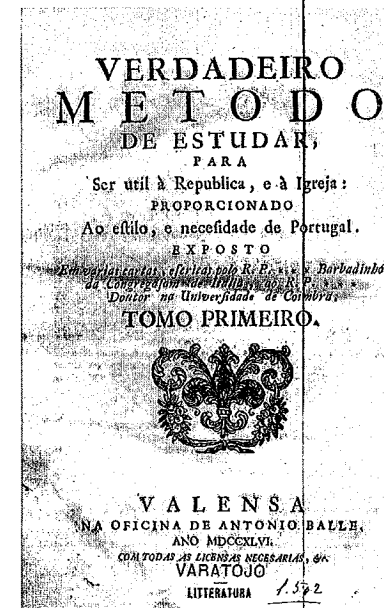
E DEPOIS?

MUDANÇAS RECENTES NO PORTUGUÊS

Quando se inicia o período do Português Moderno, no século xviii, Portugal encontra-se dividido entre a Europa e o Brasil e entre um pensamento conservador e uma nova mentalidade. Na Europa as inovações tecnológicas faziam avançar o conhecimento científico e 'iluminavam' o pensamento; no Brasil, as riquezas agrícolas e minerais atraíam a emigração e alimentavam, em Portugal, um trono absolutista e uma aristocracia nobiliária e clerical.

Portugal não podia ficar alheio à modernização cultural e os 'estrangeirados' encarregavam-se de aproximar o país do pensamento europeu, nomeadamente do francês. Personalidades como Rafael Bluteau ou Luís António Verney foram marcan-tes não apenas através dos seus

O Verdadeiro Método de Estudar (1746) foi escrito por Luís António Verney sob o pseudónimo de Padre Barbadinho



trabalhos sobre a língua portuguesa mas ainda pelo impulso que deram à implementação dos métodos experimentais no ensino, abrindo caminho para as reformas do Marquês de Pombal, que impuseram não só o ensino do Português mas também o uso do Português no ensino do Latim.

Em 1759 a Companhia de Jesus é expulsa de Portugal. Findo o monopólio jesuíta do ensino, criam-se o Colégio dos Nobres, os Estudos Menores e a Academia Real das Ciências e reforma-se a Universidade. Do programa inovador do Colégio dos Nobres faz parte o ensino do Português e das línguas modernas. A Academia Real das Ciências promove um saber de cunho racionalista, apoia a pesquisa científica e será responsável pela publicação de obras como a colecção de documentos medievais iniciada por Alexandre Herculano, *Portugaliae Monumenta Historica*.

Das reformas impulsionadas pelo Pombalismo fazem parte, ainda, o avanço da alfabetização e o crescimento do número de mestres de ler e escrever, bem como a fundação de uma tipografia oficial, a Impressão Régia, que concentra a produção da Chancelaria e trabalha para instituições ligadas ao ensino.

Com a adopção do ensino do Português no Colégio dos Nobres cresce o interesse pelas questões gramaticais, em especial na área da ortografia: Luís Caetano de Lima, Madureira Feijó, Monte Carmelo, Jerónimo Contador de Argote são, entre outros, nomes que ilustram o interesse setecentista pelos estudos linguísticos. As questões ortográficas tornam-se um tema polémico e muito debatido e as propostas dividem-se entre a tradição gráfica, a etimologia e a realidade fonética.

É no século XVIII que os trabalhos sobre a língua portuguesa elegem a variedade da Estremadura, em particular da Corte, como norma culta e lhe precisam os contornos. O alargamento do ensino e da imprensa e o crescimento económico e demográfico

têm como consequência natural um crescente empenho no estudo da língua portuguesa e na fixação e divulgação da norma culta.

Diz Verney, no *Verdadeiro Método de Estudar*:

"Em materia de pronuncia, sempre se devem preferir os que sam mais cultos e falam bem na Estramadura, que todos os das outras Províncias juntas."

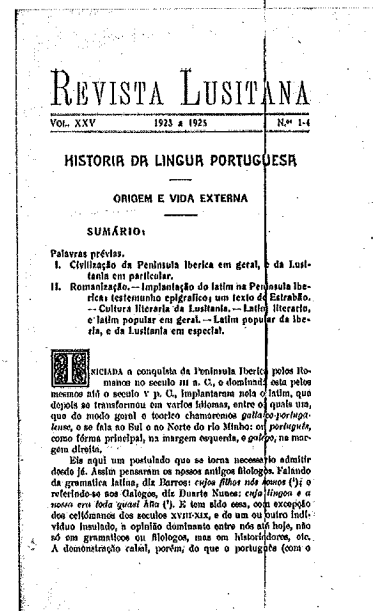
O século XIX é um século caracterizado por perturbações políticas e sociais. Em 1807, na sequência das invasões francesas, a Corte portuguesa vai instalar-se no Brasil, enquanto a Inglaterra combate os franceses em Portugal. Uma revolução liberal, visando recolocar o centro de decisão política em Lisboa e instituir um regime constitucional, inicia um período de conflitos que marcará o fim do antigo regime.

A revolução liberal de 1820 é saudada com entusiasmo por intelectuais como Almeida Garrett ou Alexandre Herculano que conheceram, no exílio, o ambiente europeu e que se empenham na difusão de uma literatura popular e verdadeiramente nacional. Jornais e romances chegam agora a um público cada vez mais vasto, que já abrange toda uma classe média. Em 1836 é criado o Liceu em todos os distritos.

Já na segunda metade do século XIX, os trabalhos de Adolfo Coelho, Epifânio da Silva Dias, Leite de Vasconcellos, Gonçalves Viana, Carolina Michaëlis, José Joaquim Nunes, não abordam apenas o ensino da língua: trata-se, agora, de compreender e descrever o funcionamento do Português. O trabalho de Adolfo Coelho, *A Língua Portuguesa*, publicado em 1868, inaugura a moderna filologia portuguesa.

A partir de 1880, a *Revista Lusitana* publica estes estudos, que se integram no panorama internacional da nascente ciência da linguística.

Em 1911 o Governo nomeia uma comissão para estabelecer a ortografia a usar nas publicações oficiais. Desta comissão faz parte Gonçalves Viana, que já em 1907 apresentara um projecto de ortografia simplificada que servirá de base para a regulamentação da ortografia portuguesa. Esta reforma, em que desaparecem



as consoantes dobradas, o grupo *ph* (como em *pharmácia*, que passa a grafar-se *farmácia*) e alguns exageros pseudo-etimológicos, aproxima já bastante a ortografia de então da actual.

A reforma ortográfica de 1911 sofreu posteriores ajustamentos. A grande reforma seguinte foi a resultante do acordo entre Portugal e Brasil, em 1945, que, ligeiramente alterada em 1971, deu origem à ortografia oficial que até agora temos usado. Em 1986, de um encontro entre os países de língua portuguesa resultou um novo acordo ortográfico, que preconiza uma maior unificação.

Descrita, dicionarizada, regulamentada, a língua portuguesa já não é a língua de Garrett, de Camilo ou de Herculano: torna-se, agora, a língua de Eça, de Pessoa, de Saramago.

Não seria difícil para um falante actual

de Português compreender um falante do século XVIII. Grande parte das dificuldades com que nos depararíamos perante um falante do Português Antigo (léxico e construção frásica arcaicos, hiatos, consoantes africadas) tinha já sido removida durante o período médio do Português. Nos séculos seguintes, no período clássico, o florescimento da literatura dera já forma a um padrão linguístico que continua, ainda hoje, a servir-nos de modelo. E a partir do século XVIII,

O léxico do Português Moderno, acompanhando a evolução científica e técnica, tem-se enriquecido com empréstimos do Francês (*taxi, chofer, hotel, boné*), do Italiano (*piano, sonata*), ou do Inglês (*líder, pudim, repórter, stresse*), não deixando, embora, de continuar a recorrer ao Grego e ao Latim (*automóvel, televisão, vídeo*).

a preferência pela ênclise (ao contrário do Brasil, que conserva a próclise), o abandono de antigas formas de tratamento (como o pronome *vós*), o incremento do artigo antes do possessivo ou escolhas como *por* e *pelo* (eliminando *per* e *polo*) ou *uma* (substituindo a antiga grafia

hũa) vão, progressivamente, traçando os contornos da língua que hoje falamos e escrevemos.

Algumas das mudanças que ocorreram ao longo do Português Moderno são inovações da área centro-meridional e continuam, confirmando-a, uma separação de raízes antigas entre esta área e a dos dialectos setentrionais. Assim, a palatalização da sibilante

implosiva é uma inovação de origem meridional, acolhida já na norma do século XVIII, como podemos ver na seguinte descrição de Verney (1746, *Verdadeiro Método de Estudar*):

"[...] a pronuncia portuguesa acaba em x todas as palavras que acabam em s: quer dizer que todo s final pronunciam como x [...]. Não só o s final se pronuncia como x, mas também o z final [...]"

Ou seja, em final de sílaba ou de palavra, a fricativa é realizada como palatal, surda em final absoluto ou antes de consoante surda (*nós, noz*, no[s], *pasta*, pa[s]ta), sonora antes de consoante sonora (*fisga*, fis[ʒ]ga). Sendo esta uma mudança recente, não se generalizou nos dialectos setentrionais nem no Português do Brasil. Também o Galego conserva a antiga fricativa, sem palatalização.

Outro fenómeno que caracteriza a norma do Português é a monotongação do ditongo /ow/: os dialectos centro-meridionais e os insulares, tal como o Português do Brasil, reduzem-no a /o/ (*couro* e *coro* pronunciam-se do mesmo modo: c[o]ro); o Galego e os dialectos setentrionais conservam o ditongo (*couro* e [ow]ro / *coro* c[o]ro).

Por outro lado, a monotongação do ditongo /ej/, inovação meridional (*dinheiro* dinh[e]ro), não foi aceite pela norma. Na região de Lisboa, o esforço para conservar este ditongo traduz-se por uma diferenciação dos seus elementos (*dinheiro* realiza-se dinh[ej]ro).

Uma mudança que se generalizou no Português foi a elevação e centralização das vogais átonas. Em contexto átono final, desde cedo (talvez ainda no Português arcaico), a vogal grafada <o> seria realizada como [u] (*arcaico* arcaic[u]) e esta tendência atingirá também as vogais <a>, que centraliza para [ɐ] (*palavra* palavr[ɐ]) e <e>, que se eleva para [i] (*ponte* pont[i], elevação atestada pelo Português do Brasil) e que acaba por centralizar para [i] (*ponte* pont[i]). Finalmente, em contexto pretónico medial, as vogais médias e baixas /a/, /o/ e /ɔ/, /e/ e /ɛ/ passaram a ser realizadas, respectivamente /ɨ/ (*palavra* pal[a]vra mas *palavrinha* pal[ɨ]vrinha), /u/ (*tolo* t[o]lo mas *tolice* t[u]lice, *mole* m[o]le mas *moleza* m[u]leza) e /i/ (*pelo* p[ɛ]lo mas *peludo* p[i]ludo, *pedra* p[ɛ]dra mas *pedreira* p[i]dreira). Este é um fenómeno exclusivo do Portu-

guês Europeu: a conservação vocálica no Português do Brasil (que desconhece a vogal central [i]) permite-nos pensar que esta mudança se terá processado num período posterior à fixação da língua na América.

Diz Celso Cunha, em *Língua portuguesa e realidade brasileira* (1986, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro):

“O português era uma língua de base vocálica, e assim continua na modalidade brasileira. Há cerca de dois séculos começou o português europeu a seguir outra deriva, ou seja, a fortalecer as consoantes e a obscurecer as vogais átonas:”

A inovação está, portanto, do lado português: enquanto no Brasil as vogais átonas continuam audíveis, em Portugal reduziram-se deixando, por vezes, de ser articuladas. Pronunciamos, por exemplo, *esperar* [ʃprar] sem as vogais átonas, criando grupos consonânticos complexos.

Para percebermos o Português actual precisamos de escavar até aos alicerces: as raízes de traços tornados estruturais perdem-se no fundo dos séculos, apagada a sua memória pelo excesso do tempo. Só a preservação da memória permite entender como o passado ilustra o presente. E se isso é verdadeiro quando se trata de factos históricos, como não o será quando o objecto de estudo é a língua?

Quando, agora, olhamos para a actual estruturação dialectal da faixa ocidental da Península Ibérica apercebemo-nos de como uma antiga unidade histórica e linguística, o Galego-português dos cancioneiros medievais, se ramificou em duas línguas. O Português, virado para o Sul e para o mar, sofreu, a partir do século XV, um processo de elaboração que o instituiu como idioma nacional; no Galego, esse processo é recente mas uma política linguística consistente criou, já, condições para a standardização e afirmação da língua. Entre Galego e Português, a continuidade linguística reflecte as comuns raízes históricas. Em Portugal, podemos distinguir uma área de dialectos setentrionais, mais conservadora (com conservação da sibilante apical, da africada /tʃ/, dos ditongos /ej/ e /ow/ e com betacismo), de uma área de dialectos centro-meridionais, em que se elaborou a norma do Português.

E é precisamente por esta ser a região em que se constituiu a norma que um dos poucos traços que sentimos como dialectal é a monotongação do ditongo /ej/. Se reconhecemos um falante setentrional pelos seus traços marcados, já o falante meridional pouco se afasta da norma, sendo identificado por realizações do tipo az[e]tona, frente ao lisboeta az[ej]tona (*azeitona*). E como o papel centralizador da norma tem nivelado, desde há séculos, a variação dialectal, as diferenças entre dialectos, no Português, não impedem a comunicação nem a língua falada se afasta significativamente da língua literária.

A partir do século XV, a história de Portugal e do Português deixou de confinar-se a essa estreita faixa ocidental na Península Ibérica. Os descobrimentos e conquistas levaram a língua aos mais distantes pontos do mundo e a expansão do Português tomou aspectos variados.

Para os Açores e Madeira a língua portuguesa foi transplantada numa fase de normalização linguística já centrada na área dos dialectos centro-meridionais. A norma pode, assim, exercer uma pressão significativa. A esta função unificadora da norma será preciso acrescentar o papel do próprio processo de colonização que, ao juntar num mesmo e novo ambiente falantes de variedades linguísticas diversas, favorece a uniformização. A valorização da função comunicativa da linguagem, ao eliminar características que possam dificultar o entendimento entre os falantes, produz uma simplificação e um progressivo nivelamento linguístico. Daí que traços sentidos como dialectais (a sibilante apical, a africada palatal surda, o betacismo) sejam suprimidos, criando-se uma língua mais nivelada. Daqui resultou, na prática, uma aproximação aos dialectos centro-meridionais (também eles produto de um processo de povoamento e de unificação linguística), uma vez que estes, sendo o palco da constituição da norma eram, já, os menos marcados.

Ainda assim, a língua adquiriu, nos Açores e Madeira, uma feição peculiar. A insularidade criou condições para que aí se desenvolvessem dialectos que se, por um lado, conservam traços que já não se mantêm no Português continental, por outro desenvolvem características inovadoras próprias. As peculiaridades dos dialectos insulares são, portanto, justificadas quer pelo

processo de colonização quer pelo isolamento. É a colonização que explica o /i/ palatalizado destes dialectos (*muro* m[ü]ro, como no Barlavento Algarvio), é o isolamento que justifica a preservação de um antigo demonstrativo *aqueste*; mas a palatalização da lateral /l/ antecedida de /i/ (*grilo* gri[ç]lo) é mudança própria da Madeira.

UMA PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

O problema da delimitação de períodos na evolução da língua portuguesa é questão complexa e pouco consensual. A história de uma língua torna, pela sua própria natureza, artificial qualquer divisão cronológica precisa – podemos, mesmo, questionar a compatibilidade entre os conceitos **periodização** e **língua** – mas as vantagens que uma tal divisão apresenta, enquanto instrumento de trabalho, justificam as repetidas tentativas dos historiadores da língua.

As periodizações propostas apoiam-se, em grande medida, em fundamentos extralinguísticos mas divergem quanto à escolha dos factos externos a ter em conta. A evolução de uma língua é determinada não só por factores estritamente linguísticos mas também por mudanças históricas, económicas, sociais, culturais, que se materializam em profundas transformações na mentalidade dos falantes. Que factores e que momentos deveremos considerar fundamentais na história da língua que falamos? As propostas de periodização respondem a esta questão de modos diversos: umas partem das divisões tradicionais da história, outras baseiam-se na produção literária, outras, ainda, pretendem ater-se, exclusivamente, aos factos linguísticos.

Certo é que ao lermos um texto antigo lhe estranhemos a estrutura, o léxico, a grafia. Reconhecemo-lo como arcaico, diferente do Português moderno.

Podemos, portanto, distinguir claramente uma época **arcaica** ou **antiga** de uma época **moderna**. À primeira corresponderá o Português medieval, desde a sua formação até ao momento de viragem que o Renascimento representa. À segunda, o Português do século XVI em diante. Mas cada um destes períodos admite subdivisões.

Ai Deus, se sab'ora meu amigo
com'eu senheira estou em Vigo!
E vou namorada!

Ai Deus, se sab'ora meu amado
com'eu em Vigo senheira manho!
E vou namorada!

Com'eu senheira estou em Vigo,
e nulhas gardas num ei comigo!
E vou namorada!

Com'eu em Vigo senheira manho,
E nulhas gardas migo nom trago!
E vou namorada!

[...]

Martim Codax
Século XIII

Tinha um cravo no meu balcão;
veio um rapaz e pediu-mo
– mãe, dou-lho ou não?

Sentada, bordava um lenço de mão;
veio um rapaz e pediu-mo
– mãe, dou-lho ou não?

Dei um cravo e dei um lenço,
só não dei o coração;
mas se o rapaz mo pedir,
– mãe, dou-lho ou não?

Eugénio de Andrade
Antologia Breve, 1972

Se nos basearmos no marco fundamental para a história da nossa língua que representa a sua atestação (ou seja, a sua existência em documentos escritos), isolaremos um período **pré-literário**, em que a língua falada se distinguiria já da escrita: falava-se romance, escrevia-se Latim. Mas nos documentos latinos afloram, por vezes, formas em que podemos ver testemunhos do florescimento de uma modalidade falada já muito diferente da latina (embora o Latim se mantenha como modelo da vertente escrita da língua). Com um pequeno esforço de imaginação podemos assistir à seguinte cena: debruçado sobre o pergaminho, o escriba regista – penosamente – o que lhe ditam. E o que ouve é um romance Galego-português que já se afasta bastante do Latim que escreve. Não se trata, propriamente, de uma 'tradução' mas de uma situação de **diglossia**, talvez inconsciente: quem escreve nem se apercebe claramente de que usa duas línguas diferentes para duas finalidades diferentes, a fala e a escrita.

É no século XII que começam a surgir os primeiros textos escritos em Português, iniciando-se, então, o período do **Português Antigo**.

A par de documentos não literários, que revelam as dificuldades sentidas por quem tenta verter a língua que ouve no modelo

latino que se habituou a usar quando escreve, desenvolve-se uma poesia que conhecemos como 'trovadoresca', e que nos autoriza – se nos colocarmos numa perspectiva que valorize a produção literária – a considerarmos um período **trovadoresco** até cerca de 1350. Mas é também em meados do século XIV que Português e Galego tomam caminhos divergentes e que o Português inicia um processo de elaboração que irá permitir a sua normalização e fixação enquanto língua nacional. Até ao século XIV, Português

Amigos, nom poss'eu negar
a gram coita que d'amor ei,
ca me vejo sandeu andar,
e com sandece o direi:
Os olhos verdes que eu vi
me fazem ora andar assi.

Pero quem quer x'entenderá
aquestes olhos quaes som,
e d'est'alguem se queixará,
mais eu ja quer moira, quer nom:

Os olhos verdes que eu vi
Me fazem ora andar assi.

Pero nom devia a perder
ome que ja o sém nom á
de com sandece rem dizer,
e com sandece digu'eu ja:

Os olhos verdes que eu vi
Me fazem ora andar assi.

Joham Garcia de Guilhade
Século XIII

Galego-português

A esta fase de profundas transformações socio-históricas e linguísticas poderemos chamar **Português Médio** (ou **pré-clássico**).

Enquanto o Português sofre mudanças que o encaminham no sentido da elaboração de um padrão que terá como modelo a língua literária, na Galiza castelhanizada o Galego sobrevive apenas no uso oral.

As evoluções que ocorrem no Galego (nomeadamente o processo de ensurdecimento das sibilantes, que resulta na articula-

e Galego constituem uma unidade que se foi definindo através de um processo de distanciamento em relação às outras línguas românicas; do século XV em diante, o Português inicia um movimento de elaboração e standardização da língua e de expansão territorial e linguística.

Podemos, portanto, considerar que o período trovadoresco constitui uma fase comum Galego-portuguesa que termina com a separação entre Português e Galego, no momento em que a vitória da burguesia sobre a aristocracia rural nortenha, simbolizada pela Batalha de Aljubarrota, determina a deslocação do centro vital do país para o Sul.

ção [jose] de *José*, frente ao nosso [zuzε]) contribuem para afastar, cada vez mais, Galego e Português.

O limite final do Português Médio pode ser fixado com base na data da impressão da *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira (1536), que inaugura uma nova fase na história da língua, marcada por uma reflexão metalinguística sistemática e uma intenção claramente normativizadora.

A actuação de gramáticos, lexicógrafos e ortógrafos, o desenvolvimento da imprensa e da literatura, traduzem-se, a partir de meados do século XVI, na progressiva estabilização da língua. O **Português Clássico** é o reflexo de uma profunda mudança de mentalidade, enformada pelo Renascimento e pelos Descobrimentos, mas também pela Inquisição.

Prolongando-se até ao final do século XVII, o período clássico corresponde à fixação de um modelo linguístico, a norma, e de uma instituição social, o idioma nacional. A língua torna-se objecto de estudo, manifestação estética, expressão do sentimento de nacionalidade e instrumento de coesão. A Corte, a Capital e a Igreja concentram a cultura. O ensino, a disciplina gramatical, o desenvolvimento da literatura e a imprensa consolidam o padrão linguístico.

Primeira gazeta publicada em Portugal

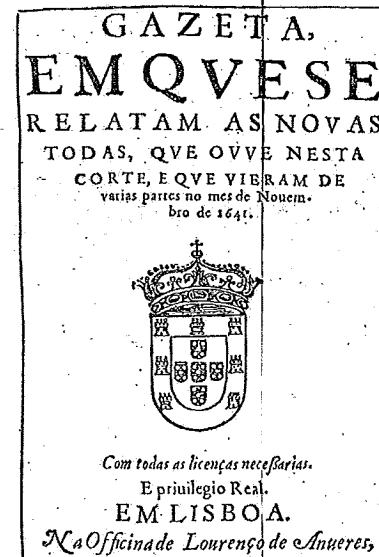
Escoita, irmau, as miñas verbas:
son sinxelas e impuras
como as verbas feridas
co coitelo dos beizos, cada día.

Vouche decir tan só que teño
a miña mau tendida,
aberta, núa e viva como o mar.

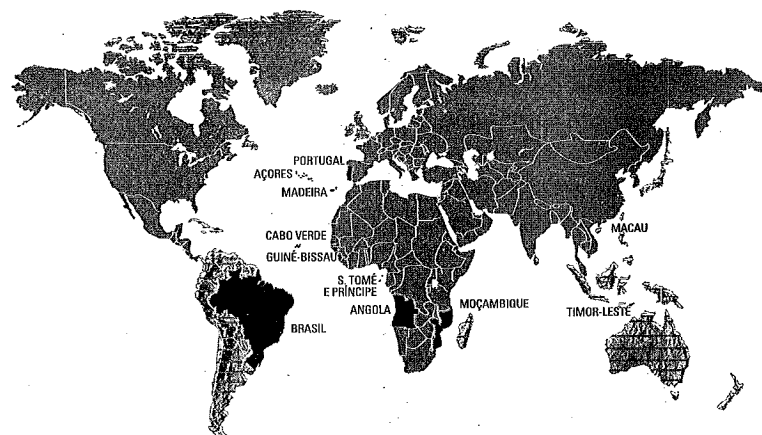
Que teño, irmau, maduro o corazón
Pra gardar nel as verbas tuas.
[...]

Manuel María, *Verbas a un irmau*
Antoloxía Poética, 1993

Galego moderno



Ao transcender a dimensão europeia, o Português tornou-se instrumento de comunicação para outros povos e outras culturas. No Oriente, em África, na América fala-se Português. Mas à diversidade natural que resultou da transplantação da língua, sobrepõe-se uma unidade que permite a compreensão entre europeus, africanos, americanos. Falado por cerca de duzentos milhões de pessoas, nos mais diversos pontos do mundo, o Português deixou de pertencer a Portugal e tornou-se um elo essencial entre povos, culturas e nações.



Do século XVIII até à actualidade, o **Português Moderno** não tem sofrido mudanças linguísticas radicais. A norma, centrada em Lisboa, difunde-se agora, com facilidade, através do ensino e dos meios de comunicação.

Embora diversificada, a língua portuguesa caracteriza-se pela sua unidade: um falante do Sul não tem dificuldade em entender

um falante do Norte ou das ilhas. Mas, se ao longo dos séculos, as comunidades de fala portuguesa se espalharam pelo mundo, assistimos, agora, à entrada de correntes migrató-

Períodos na história do Português

| | |
|--------------------|-------------------------|
| até ao século XII | Português pré-literário |
| século XII-XV | Português antigo |
| século XV-XVI | Português médio |
| século XVI - XVIII | Português clássico |
| século XVIII - XXI | Português moderno |

rias em Portugal: serão estes novos contactos linguísticos capazes de transformar a língua?

O PORTUGUÊS NÃO EUROPEU: AS NOVAS NORMAS

No processo de expansão da língua portuguesa, deveremos distinguir duas situações: a afirmação do Português, sobrepondo-se às línguas autóctones, e a constituição de crioulos de base portuguesa.

A navegação na costa africana e o comércio com o Oriente, com a consequente fundação de portos de mar fortificados, propiciam a formação de crioulos: as necessidades de comunicação, que visam facilitar as relações comerciais, são pontuais e reduzidas. Comerciantes e colonos estabelecem-se, por vezes, nestas possessões portuguesas, casando com mulheres indígenas. É assim que nas regiões costeiras do Oriente e de África se desenvolvem variedades linguísticas de intercâmbio, de base portuguesa e com influências das línguas indígenas, com uma estrutura gramatical muito simplificada que se irá complexificando à medida das necessidades comunicativas dos seus falantes. Estas variedades linguísticas de emergência não representam, numa primeira fase, a competência linguística nativa dos seus falantes. Em algumas das possessões portuguesas, contudo, a intensificação dos contactos linguísticos, favorecida pelos casamentos mistos, permitiu que essas variedades se expandissem, tornando-se a primeira língua da comunidade. E quando uma língua de emergência se torna, assim, língua materna – **crioulo** –, o seu destino será evoluir de acordo com as necessidades expressivas, cada vez maiores, dos seus falantes.

Os crioulos de base portuguesa do Oriente já quase desapareceram. Contudo, se já há poucos vestígios do crioulo indo-português nas costas da Índia, ainda há falantes do Português em Goa onde, no início do século XX, o crioulo foi substituído por um Português muito próximo da norma europeia. Em 1961 Goa foi integrada na Índia, passando a língua oficial a ser o Inglês. O Português ficou, então, relegado para o ambiente familiar de uma restrita comunidade cristã.

O crioulo de Macau ('Lingu maquista') extinguiu-se não há muitos anos, quando desapareceram os seus últimos falantes, mas o Português ainda é falado como segunda língua por um reduzido número de macaenses, 'os filhos da terra', que têm como primeira língua o Cantonês.

| | |
|------------------------------|------------------------------|
| lou-sa tera, | Minha terra, |
| lou-sa bérço, | Meu berço, |
| Amor vivo di iou-sa coraçám; | Amor ardente do meu coração; |
| Macau pequinino, | Macau pequenina, |
| Filo di unga Pátria grándi! | Filha de uma Pátria grande! |
| [...] | |

José dos Santos Ferreira
Macau, Jardim Abençoado, 1988

Na Malásia sobrevive ainda hoje um crioulo, o 'Papiá kristang': um pequeno bairro de Malaca, habitado por pescadores descendentes longínquos de portugueses e que, na generalidade, nunca vieram a Portugal, conservam e acarinhos um legado cultural português que consiste na língua e em tradições folclóricas e festas religiosas. No Sri-Lanka vive, ainda, um crioulo de base portuguesa. Em Timor, anexado pela Indonésia em 1974, a língua portuguesa manteve-se (a par do Tetum, língua franca nacional) como símbolo de resistência durante todo o período da ocupação, apesar de o seu ensino ter sido proibido. Depois da independência, a implantação do Português como língua oficial tem contribuído para a coesão nacional, embora fique, ainda, um longo caminho por percorrer até que toda a população tenha acesso ao ensino da língua.

Persistem, também, crioulos de base portuguesa na Oceânia (o crioulo de Tugu, na ilha de Java) e na América (em Curaçau e na Guiana holandesa).

Na Guiné-Bissau, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe, a par do Português, língua oficial, da administração e do ensino, há crioulos de base portuguesa. Também o Senegal conserva um crioulo do Português em Casamance.

Na Guiné a situação linguística é complexa: às línguas autóctones e ao Português soma-se, ainda, o crioulo, que funciona como língua veicular entre falantes de línguas maternas diversas.

Em Cabo Verde, embora o Português

seja língua oficial, o crioulo é língua do quotidiano, já com décadas de tradição literária. Nestas ilhas, desabitadas até ao século XV, podemos distinguir dois grupos, a que correspondem diferentes histórias de colonização e crioulanização. O grupo de Sotavento, tornado entreposto comercial e centro do negócio da escravatura desde o descobrimento, manteve intensas trocas com a Guiné, o que explica a proximidade entre os crioulos do Sotavento caboverdiano e da Guiné. No grupo de Barlavento, mais tardiamente colonizado, com maior percentagem de portugueses e menor duração da escravatura, o crioulo sofreu uma maior pressão da norma portuguesa. Embora actualizado de modo diferente de ilha para ilha, o crioulo de Cabo Verde está já descrito e normalizado de forma a poder ser ensinado na escola e a sua elevação a língua oficial depende apenas de decisões políticas.

Em Angola e Moçambique não existem crioulos. Note-se que até ao século XIX, embora os portugueses percorressem a costa africana havia já quatro séculos, a colonização não era significativa limitando-se, essencialmente, ao litoral. É possível que dos contactos entre os comerciantes portugueses e os africanos tenha surgido um crioulo mas, após a independência do Brasil, quando o investimento português em Angola e Moçambique se tornou significativo, com o aumento da população colonial cresceu, também, a pressão da norma portuguesa. O Português que foi levado para estas regiões sofreu, tal como nos Açores e Madeira, um processo de unificação linguística que justifica as suas semelhanças com o Português centro-meridional.

Eis alguns provérbios guineenses:

Bardadi i suma malgeta: i ta ardi (*a verdade é como a malagueta: arde*)
 Bianda sabi ka ta tarda na kabas (*comida saborosa não dura na panela*)
 Boka fichadu ka ta ientra moska (*em boca fechada não entra mosca*)
 Dus galu ka ta kanta na un kapuera (*dois galos não cantam na mesma capoeira*)
 Fidju di gatu ta ranha (*filho de gato arranha*)
 Gatu fartu ka ta montia (*gato farto não caça*)

A influência das diversas línguas autóctones, apesar da pressão da norma europeia, vai criando interferências que levarão, certamente, à constituição de novas normas, tal como sucedeu com o Português no Brasil.

– Que estás a fazer, caraça de tu?
 – Não está ver? Estou cortar essa árvore.
 – Pára com isso, Nhonhoso da merda, essa árvore é minha.

– Sua? Suca mulungo, não me chateia.

Nunca tínhamos falado assim. Domingos Mourão, o nosso Xidimingo, se levantou e, aos tropeços, se atirou contra mim. Os dois brigamos, convergindo violências. O branco me solavanqueou, parecia transtornado em juízo de bicho. Mas a luta logo se desgraçou, desvitaminados o pé e o soco. Só os nossos respiros se farfalhavam nos peitos cansados. Os dois nos sacudimos, desafeitos.

Mia Couto (Moçambique)
A Varanda do Frangipani, 1996

rentes línguas maternas. A norma é, ainda, a do Português europeu. Mas o léxico, a morfologia, a sintaxe, a fonética vão sofrendo modificações resultantes do contacto com as línguas nacionais. É por interferência destas línguas – bem visível nos textos literários – que o Português vai ganhando contornos que poderão vir a configurar novas gramáticas africanas. No futuro é possível que, tal como o Latim se diferenciou em variadas línguas românicas, o Português se venha a transformar em Angolano e Moçambicano. Essa diferenciação dependerá não apenas de factores linguísticos – como o contacto com os diversos substratos – mas também de factores não linguísticos. É que a constituição de uma norma linguística e de um idioma nacional dependem grandemente da vontade da sociedade. São factores sociais – históricos, económicos, culturais – que determinam que uma comunidade sinta a língua como elemento fundamental de coesão e identidade nacional.

Língua oficial, por opção política, de Angola e Moçambique, o Português convive com as línguas nacionais: língua veicular, operacional, língua da escola e do governo, o Português funciona, também, como língua de intercâmbio entre falantes de dife-

Após uma primeira fase da expansão portuguesa, caracterizada pela constituição de um domínio de portos marítimos fortificados, que se prolongou pelos séculos xv e xvi, os interesses portugueses deslocaram-se para o Brasil. À medida que declinava o Império do Oriente, intensificava-se a colonização do Brasil, de tal forma que esta colónia passou a ser encarada como um prolongamento de Portugal.

Ao contrário do que sucede em África, não encontramos crioulo no Brasil. A escravatura indígena e africana seria propícia à constituição de crioulos mas a colonização fortemente centralizada e a ligação constante a Portugal favoreceram o prestígio da norma europeia. As classes dirigentes vinham estudar a Portugal, a imprensa era portuguesa. A fundação de cidades, onde predominava a língua portuguesa, e a criação de grandes fazendas coloniais contribuíram para impor a língua do colonizador. E, também aqui, se verificou um processo de uniformização linguística (principalmente a partir do século XVIII, quando a exploração mineira atraiu grande número de portugueses) que nivelou a língua, aproximando-a da norma portuguesa e dos dialectos centro-meridionais. Não foram poucos, certamente, os portugueses que emigraram do Norte de Portugal para o Brasil. Mas não sobreviveram, aí, traços típicos setentrionais como a conservação da sibilante apicoalveolar ou o betacismo: o nivelamento linguístico, que acompanhou a colonização, tratou de eliminar as características regionais. No Portugal dos séculos XVII e XVIII já os traços setentrionais seriam claramente sentidos como dialectais.

As línguas autóctones não poderiam deixar de interferir sobre a evolução do Português no Brasil e, apesar de muitas etnias indígenas terem sido afugentadas para o interior ou, até, eliminadas pelos colonos portugueses, o contacto luso-indígena foi uma realidade de que as 'bandeiras' dão testemunho.

Três décadas após a descoberta de Cabral, D. João III dividira o Brasil em capitânias, dando início à fixação de colonos que começaram a plantar canaviais e a instalar engenhos. Depressa estes colonos, inicialmente fixados na zona costeira, sentiram necessidade de avançar para o interior. Nos movimentos de penetração do sertão que então se constituíram, as 'bandeiras', integraram-se muitos mestiços, que trouxeram para o con-

vívio dos colonos as suas línguas maternas, nomeadamente o Tupi. Foi também o Tupi – ou melhor, um ‘Tupi jesuítico’ – a língua da catequização do Índio: tomando como base o Tupi e gramaticalizando-o segundo o modelo latino, os jesuítas constituíram uma **língua geral**, usada na acção missionária. O uso desta língua geral será, contudo, proibido em 1758 por alvará do Marquês de Pombal, que decreta obrigatório o uso e ensino do Português.

Nas grandes fazendas coloniais faltava mão-de-obra e os portugueses recorrem à escravatura africana. Chegam, assim, ao Brasil, as línguas e a cultura e, também, os crioulos – ou, ainda, semicrioulos – africanos. Nas fazendas, o cruzamento de todas estas variedades linguísticas poderá ter originado um incipiente processo de crioulição. Mas os escravos, com línguas nativas diversas, já aportam ao Brasil com conhecimento do Português e a ele recorrem para comunicarem entre si e com o colonizador, que nunca abdica de impor a sua língua.

Até ao final do século XVIII o Brasil era uma colónia rural: a administração portuguesa crescia e as línguas indígenas iam cedendo lugar ao Português que, influenciado pelos estratos ameríndios e africanos, tendia a diversificar-se regionalmente. Mas, a partir do século XIX, alguns acontecimentos históricos viriam influenciar a evolução da língua. Na sequência das invasões francesas a corte portuguesa refugia-se, em 1807, no Rio de Janeiro. Com a corte desembarcam mais de quinze mil portugueses que se vão juntar aos cerca de trinta e cinco mil habitantes do Rio. A presença dos novos habitantes e o prestígio da corte não podiam deixar de influenciar a língua, aproximando-a mais da norma europeia. É assim que a norma portuguesa, que já palatalizava, à época, a sibilante em final de sílaba ou palavra (*português* português[ʃ]), impôs no falar culto do Rio de Janeiro essa palatalização, desconhecida no resto do Brasil.

Em 1822 o Brasil torna-se independente. As cidades crescem, atraindo mais população, misturando e nivelando os falares regionais e tornando-se centros de irradiação cultural. Em finais do século XIX, findo o tráfico de negros africanos, afluem ao Brasil emigrantes europeus (principalmente italianos e alemães) que contribuirão, também, para a mestiçagem brasileira

mas que, integrando-se, desde a primeira geração, na sociedade brasileira, não porão em perigo a hegemonia da língua portuguesa.

A independência, o prestígio do Rio de Janeiro enquanto capital do novo país e o desenvolvimento da imprensa brasileira são terreno favorável à constituição de uma norma urbana. A literatura procura, então, afirmar no plano da escrita uma norma nacional que há muito tinha já acolhido na oralidade as mais variadas influências linguísticas que se cruzaram na história de uma cultura finalmente reconhecida como brasileira. Na sua busca de uma identidade nacional, o Romantismo e, depois, o Modernismo exploram as raízes índias e africanas, integrando na literatura vocabulário colhido na língua falada e diminuindo o hiato que separava a expressão escrita da oral. No princípio do século XX, a orientação nacionalista materializa-se na afirmação modernista de uma língua brasileira, que levou, até, a exageros na valorização das influências indígenas e africanas.

Actualmente, os linguistas brasileiros defendem a especificidade de uma norma diversa da europeia mas parte integrante da língua portuguesa.

Podemos, portanto, distinguir duas gramáticas diacrónicas do Português no Brasil: uma primeira, dos séculos XVI-XVII, com forte ligação a Portugal, tendendo para a diferenciação regional, reflecte um Brasil rural, de ensino jesuítico; a partir de meados do século XVIII, contudo, o crescimento urbano, o ensino oficial, a imprensa e a independência criam condições para que, por um lado, a língua da colonização se torne hegemónica e, por outro, se fixe uma nova gramática que acolhe inovações e que adquire personalidade própria, configurando uma nova norma para o Português.

Naturalmente, esta norma reflecte o cruzamento de povos e culturas que moldou a história do Brasil. No léxico abundam as influências ameríndias, especialmente na toponímia (*Guanabara, Tijuca*) e nos campos da fauna e da flora: *piranha, urubu, mandioca, abacaxi, maracujá, caju, jacarandá*, para referir apenas vocábulos que viajaram até Portugal, entre tantos outros só conhecidos no Brasil. Os africanismos (*senzala, samba, moleque*) integraram a língua comum; as comidas brasileiras (*vatapá, moqueca*), a religião (*Orixá, Oxalá*) têm designações que evocam um ambiente

de plantações de cana-de-açúcar, em que as escravas africanas trabalhavam na 'casa grande'.

Quando comparamos o léxico brasileiro com o do Português europeu notamos não só o enriquecimento que aquele sofreu como resultado do contacto da língua com outras culturas mas também os arcaísmos: vocábulos que, em Portugal, caíram em desuso são ainda correntes no Brasil (*salvar* 'saudar', *função* 'festa')

E não só no léxico poderemos encontrar testemunhos vivos de um Português que já não falamos. A colocação dos pronomes átonos, com preferência pela próclise (ele *me* disse), era regra no Português do século XVI. Na fonologia, a menor elevação e centralização das vogais átonas espelha um período em que essa mudança ainda não se processara em Portugal (veja-se, por exemplo, como em *palavra* p[a]lavra o Brasil conserva a vogal que, em Portugal, sofreu evolução: p[ɐ]lavra). O ritmo alternado que resulta na entoação que tanto nos encanta é, aliás, produto da conservação das vogais átonas. E a sibilante dental lá está (*feliz* feli[s], a testemunhar o estádio anterior à palatalização que se operou no Português europeu (feli[ʃ]).

Num cenário de cruzamento de tantas etnias e culturas, o Português ganhou, no Brasil, uma personalidade própria. Uma cultura tão variada produziu uma apetência para a inovação. Quando, agora, comparamos o Português europeu com o brasileiro, notamos mudanças fonológicas como a semivocalização da lateral em contexto final de sílaba ou palavra (*salto* sa[w]to, *animal* anima[w]), a supressão ou reforço da vibrante final (*amor* am[o] ou amo[r]) ou a palatalização das consoantes dentais antes de elemento vocálico palatal (*tia* [tʃ]ia, *día* [dʒ]ia, *bate* ba[tʃi], *pede* pe[dʒi]). Inovação é, também, a neutralização da oposição entre vogal aberta e fechada que distingue, no Português europeu, o presente do perfeito (*cantamos* / *cantámos*) ou o [ɛ] de *pregar* (resultante de crase) ao [i] de *pregar* (cant[ɛ]mos, pr[ɛ]gar, no Brasil).

E traços conservadores originaram inovações: a articulação dental da sibilante final desenvolveu uma semivogal palatal (realizando-se da mesma forma *mas* e *mais* [majɫ]); a preferência pela estrutura silábica consoante + vogal causou a introdução de uma vogal que desfaz grupos consonânticos (*psicologia* p[ɨ]sicologia).

O Português do Brasil, na sua aparente homogeneidade é, tal como o Português Europeu, um diassistema, com variação diatópica (a um conjunto de variedades do Norte, com vogais pretónicas abertas – *dezembro* d[ɛ]zembro, *morar* m[o]rar – e nasalização vocálica antes de consoante nasal – *chamar* ch[ɐ̃]mar –, opõem-se as variedades do Sul) mas, principalmente, com variação diastrática. Nas cidades, o falar do brasileiro culto distingue-se da língua das camadas menos instruídas. No século XX, a urbanização, o crescimento económico e a explosão demográfica criaram um fosso profundo entre megalópoles e regiões subdesenvolvidas e entre as diferentes camadas sócio-culturais, fosso que é, também, linguístico. Assim, da linguagem popular fazem parte a simplificação da flexão nominal (*os menino*, *meus amigo*) e verbal (*eu sou*, *tu é*, *ele é*, *nós é*, *eles é*). Traços que são diastraticamente marcados (não aceites pela norma) são, também, o tratamento dado à lateral palatal, com despalatalização (*mulher* [mule]) ou substituição pela semivogal ([muje] ou pela vibrante (*flamengo* f[r]amengo).

A partir da sua implantação no Brasil, a língua portuguesa evoluiu de forma nem sempre coincidente nos dois países. Cabe, aqui, perguntar: o Português europeu e o Português do Brasil ainda são a mesma língua? A essa questão tem o povo brasileiro respondido afirmativamente. No futuro – quem sabe? – poderá reclamar para si uma língua a que chamará Brasileiro. Presentemente, podemos afirmar a

existência de duas normas autónomas. Mas é curioso observar como, após um período de afastamento, se verifica, actualmente, uma aproximação entre ambas, resultante da importância da televisão e da crescente comunidade brasileira em Portugal.

A partir dos anos 70 desenvolveu-se em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Porto Alegre o estudo da norma linguística urbana culta (Projecto NURC), com o objectivo de documentar e descrever o uso urbano do Português falado no Brasil.

Está actualmente em curso a elaboração de um Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), que visa delimitar e caracterizar os dialectos regionais brasileiros.

Encontram-se informações sobre estes projectos em
www.lettras.ufrj.br/nurc-rj
www.alib.ufba.br

Do romance constituído, há séculos, no Ocidente da Península Ibérica, nasceram duas línguas nacionais, o Galego e o Português. Ao longo da sua história, o Português evoluiu, transportou-se para outros continentes, transformou-se em contacto com outras línguas, ramificou-se em duas normas linguísticas que servem culturas diferentes, em Portugal e no Brasil, e pode, no futuro, dividir-se ainda mais, com a criação de normas africanas. O mundo mudou, a língua mudou. O Português evoluiu e diversificou-se. Mas a diversidade não impediu a unidade. E é ainda a língua portuguesa que une, hoje, povos que os oceanos separam.

GLOSSÁRIO

BILINGUISMO – coexistência, na mesma comunidade ou no mesmo indivíduo, de duas línguas diferentes.

DIACRONIA – evolução linguística no tempo. A diacronia pode ser encarada como uma sucessão de sincronias.

DIASSISTEMA – conjunto de sistemas e subsistemas que constituem uma língua histórica. A língua organiza-se como um contínuo (conjunto de variedades que apresentam continuidade entre si). Cada variedade é um sistema relativamente homogêneo mas as fronteiras (espaciais ou temporais) entre variedades são difusas.

DIGLOSSIA – tipo de bilinguismo em que uma das línguas tem um estatuto superior.

EMPRÉSTIMO – forma que uma língua adota de outras.

ESTRATO – língua que sobrevive ao contacto com línguas de substrato ou superstrato. Considere-

ra-se que num território em que existiu contacto entre duas línguas, sobrevivendo apenas uma delas, a língua desaparecida deixará marcas sobre a língua que permanece. O substrato é a língua pré-existente desaparecida, o estrato a sobrevivente. Superstrato é a língua de um povo invasor que, chegando a uma região depois de constituído o estrato, é por ele assimilada. Adstrato é a interferência entre duas línguas faladas em territórios próximos. As influências de substrato, superstrato ou adstrato implicam situações de bilinguismo ou diglossia.

ÉTIMO – forma antiga que está na origem de uma forma recente. É costume referir os étimos latinos em maiúsculas e indicar a sua evolução através do sinal > (FILIU > filho = o étimo latino FILIU evoluiu para a palavra portuguesa *filho*). A base etimoló-

gica do Português é essencialmente latina mas, também, pré-latina, germânica e árabe. Ao longo dos séculos foi o Português recorrendo a empréstimos do Italiano, do Francês, do Inglês, etc., que acrescentaram o acervo lexical.

EVOLUÇÃO – conjunto de mudanças sofridas pela estrutura da língua ao longo do tempo. A mudança pode verificar-se dentro dos subsistemas de cada sistema linguístico. Assim, pode estudar-se a mudança fonética e fonológica, a mudança morfológica, a mudança sintáctica e a semântica.

LATIM VULGAR – modalidade coloquial do Latim, caracterizada pela diversidade diacrónica, diatópica, diastrática e diafásica.

NEOLOGISMO – palavra de formação recente. O neologismo pode consistir na criação de uma palavra nova para designar uma realidade nova ou na atribuição de um novo significado a uma palavra já existente.

ROMANIZAÇÃO – processo de aculturação que implantou nas regiões integradas no Império Romano a língua (o Latim vulgar), a cultura e a organização social latinas. Em consequência desse processo, o Latim diferenciou-se em romances

que evoluíram para línguas românicas (Galego, Português, Castelhana, Catalão, Provençal, Francês, Reto-românico, Sardo, Italiano, Romeno e Moldavo), constituindo a România. As regiões que integraram o Império mas em que o Latim não chegou a consolidar-se, ou em que se desenvolveu uma língua românica actualmente extinta, são conhecidas como România Perdida ou Submersa (o Dálmata e o Moçárabe são línguas românicas perdidas); os territórios que não fizeram parte do Império Romano mas em que se implantaram línguas românicas constituem a România Nova (América do Sul, Canadá, África de expressão portuguesa, etc).

SINCRONIA – estado da língua num determinado momento.

VARIAÇÃO – a língua varia no tempo (variação diacrónica), no espaço geográfico (variação diatópica), na sociedade (variação diastrática) e segundo as modalidades expressivas (variação diafásica).

VARIEDADE – divisão que se pode aplicar a uma determinada língua e que é definida por um conjunto de marcas linguísticas próprio de uma comunidade restrita. Tomando como critério uma divisão temporal, espa-

cial, social ou estilística, uma língua tem variedades diacrónicas (épocas da história da língua), variedades diatópicas

(dialectos regionais), variedades diastráticas (sociolinguísticas) e variedades diafásicas (modalidades de expressão).

OUTRAS LEITURAS

Os instrumentos fundamentais para o estudo diacrónico do Português são as histórias da língua, as gramáticas históricas e os dicionários etimológicos.

A *História da Língua Portuguesa* de Paul Teyssier, na tradução de Celso Cunha (1982, Lisboa: Editora Sá da Costa), apresenta uma síntese da evolução e da expansão da língua, focando as principais mudanças linguísticas de cada época. Sendo um trabalho conciso, a sua leitura pode ser complementada pela consulta da *História da Língua Portuguesa* de Serafim da Silva Neto (1957, 4.ª edição em 1986, Rio de Janeiro: Presença/NL), que aprofunda diversos aspectos com abundante exemplificação e aborda, também, a elaboração da língua literária do século XIII ao XIX. A *História do Galego-Português* de Clarinda de Azevedo Maia (1986, 2.ª edição em 1997, Coimbra: INIC) apresenta a edição e o estudo linguístico de documentação não literária portuguesa e galega, desde o século XIII ao XVI. Mais recente, a *Introdução à História do Português*, de Ivo Castro (2004, Lisboa: Edições Colibri), revela uma perspectiva actual, retomando questões tradicionais mas integrando-as nas modernas teorias sobre a mudança linguística. Além de dedicar especial atenção ao Português Antigo, estudando pormenorizadamente a *Notícia de Torto* e o *Testamento de Afonso II*, inventaria as áreas geográficas onde se fala actualmente Português e fornece uma bibliografia actualizada, de grande utilidade para quem pretenda aprofundar temas específicos. *O Português Arcaico. Fonologia e Morfologia e Sintaxe do Portu-*

guês Arcaico são dois pequenos volumes de Rosa Virgínia Mattos e Silva (respectivamente de 1991 e 1994, São Paulo: Editora Contexto), fundamentais para a caracterização do Português Antigo.

Os dicionários etimológicos indicam a origem dos vocábulos, a sua primeira atestação (ou seja, a primeira ocorrência documental conhecida), as várias formas e grafias que a palavra foi apresentando e discutem, eventualmente, a sua evolução. Para o Português, dispomos do *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de José Pedro Machado (1952, 7.ª edição em 1995, Lisboa: Livros Horizonte). Mais compacto que este, o *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, de Antônio Geraldo da Cunha (1982, 2.ª edição em 1986, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira) servirá perfeitamente a curiosidade etimológica do estudante ou professor de Português ou de quem se interesse pelas questões históricas da língua.

Uma gramática histórica é complemento imprescindível ao dicionário etimológico: é nela que se apresentam explicações para a evolução da fonética, da morfologia, da sintaxe. O dicionário fornecer-nos-á o étimo de *haver*; para encontrarmos o de *haja*, e o seu percurso desde o Latim até ao Português actual, precisaremos de recorrer à gramática. A gramática de Edwin Williams, *Do Latim ao Português* (1938), a de Joseph Hüber, *Gramática do Português Antigo* (1933) ou a de José Joaquim Nunes, *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa* (1919), têm sido, várias vezes, reeditadas: a 4.ª edição da gramática de Williams data de 1986 (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro), a 9.ª edição da gramática de Nunes (Lisboa: Clássica Editora) é de 1989 e a de Hüber tem uma edição de 1986 (Lisboa: Fundação Gulbenkian).

Outras fontes de informação:

O Instituto Camões disponibiliza um site sobre História da Língua Portuguesa (www.instituto-camoes.pt/cvc/hlp/index.html) e a Biblioteca Nacional fornece reproduções digitalizadas de textos importantes para a história do Português (que incluem, por exemplo, a *Gramática* de Fernão de Oliveira), em www.bnd.pt/memorias/lingua/lingua.html

COLEÇÃO O ESSENCIAL

O Essencial sobre Linguística

Maria Helena Mira Mateus e Alina Villalva

O Essencial sobre a História do Português

Esperança Cardeira

O Essencial sobre a Sintaxe do Português

André Eliseu

O Essencial sobre o Ensino da Língua Materna

Maria José Ferraz

O Essencial sobre Crioulos de Base Portuguesa

Dulce Pereira

O Essencial sobre Semântica

Ana Cristina Macário Lopes e Graça Rio-Torto

O Essencial sobre a Ortografia do Português

Maria Helena Mira Mateus

O Essencial sobre Processamento de Fala para o Português

Fernando Martins

O Essencial sobre Pragmática Linguística

José Pinto de Lima

O Essencial sobre o Léxico do Português

Alina Villalva

O Essencial sobre Dicionários do Português

Margarita Correia

O Essencial sobre Fonética, Fonologia e Prosódia

Maria Helena Mira Mateus e Ana Isabel Mata

O Essencial sobre Texto e Discurso

Carlos Gouveia

O Essencial sobre Gramáticas do Português

Maria Helena Mira Mateus

O Essencial sobre Jornalismo Linguístico

Alina Villalva e André Eliseu

O Essencial sobre Norma e Variação

Maria Helena Mira Mateus

O Essencial sobre Voz

Isabel Hub Faria

O Essencial sobre Formação de Palavras

Alina Villalva

O Essencial sobre o Ensino do Português

Ana Isabel Mata

O Essencial sobre Política Linguística para o Português

Alina Villalva